

PROCEDIMENTO

INSTRUÇÃO DE PROCESSOS

(OBRAS PARTICULARES)

Aprovado por:

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

1 ALTERAÇÕES À VERSÃO ANTERIOR

Alterações à edição anterior: Não aplicável. Primeira edição do documento.

2 OBJETIVO

Este Procedimento tem por objetivo, descrever e regulamentar o funcionamento da Instrução dos Processos das Obras Particulares da Câmara Municipal da Trofa, bem como estabelecer uma metodologia eficaz para o seu bom e eficaz funcionamento.

3 CAMPO DE APLICAÇÃO

Este Procedimento aplica-se a toda atividade do Processo de Obras Particulares e que permitem evidenciar as melhores práticas.

4 SIGLAS E DEFINIÇÕES

ANET - Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos

ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil

Art.º – Artigo

CDDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CDDR'N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CD-ROM - Compact DiscRead-Only Memory.

Certiel - Associação Certificadora de Instalações Elétricas

CMST – Câmara Municipal de Santo Tirso

DGE - Direção Geral de Energia

DL – Decreto – Lei

ICP-ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM)

InCI, I. P. – Instituto da Construção e do Imobiliário, Instituto Público

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

OA – Ordem dos Arquitetos

OE – Ordem dos Engenheiros

PDM – Plano Diretor Municipal.

RECS – Regulamento de Desempenho Energético de Edifícios de Comércio/ Serviços (DL n.º 118/2013 de 20/08)

REH – Regulamento de Desempenho Energético de Edifícios de Habitação (DL n.º 118/2013 de 20/08)

RGR - Regulamento Geral de Ruído aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, alterado pelo DL n.º 278/2007 de 1 de Agosto.

RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (DL n.º 555/99 de 16/12, alterada pelo DL n.º 26/201 de 30/03).

RMUE – Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.

SCE – Sistema de Certificação Energético (DL n.º 118/2013 de 20/08)

5 REFERÊNCIAS

Manual da Qualidade

6 INSTRUÇÃO DE PROCESSOS

A Câmara Municipal da Trofa, no exercício do seu poder regulamentar próprio, dispõe de vários regulamentos, designadamente disciplinadores de matérias relativas ao urbanismo, na perspetiva de um correto ordenamento, da melhoria do ambiente e da estética urbana, da definição dos parâmetros de pormenor e implementação, de volumetria e de relação com a envolvente das edificações; ocupação e utilização da via e locais públicos para efeito de obras ou atividades que lhe sejam marginais. No entanto, existem outras matérias, ainda não regulamentadas e que estão intrinsecamente ligadas ao cabal cumprimento dos designios que o Município se propõe alcançar enquanto organismo responsável pelo controlo prévio de todas as operações urbanísticas da sua competência.

As presentes normas têm como principal objetivo servir de guia para a organização dos elementos a apresentar na Câmara Municipal para pedidos de informação prévia, de licença, autorização e de comunicação prévia para a realização de operações urbanísticas, introduzindo, relativamente à legislação, adaptações e especificações necessárias para o município da Trofa, tendo em conta os Regulamentos Municipais, nomeadamente o RMUE, a cartografia disponível e a orgânica do sistema administrativo dos serviços municipais. Está também incluída a listagem dos elementos que devem instruir os projetos, previstos na legislação em vigor, devendo observar-se as regras aqui descritas na instrução de cada um dos mesmos, designadamente dos projetos de arquitetura, especialidades ou de obras de urbanização. Estas normas não dispensam, no entanto, o conhecimento dos diplomas legais aplicáveis, nem das disposições legais e regulamentares, aplicáveis aos projetos e à execução de obras.

Para a apresentação dos pedidos de licenciamento ou comunicação prévia, esta câmara elaborou vários requerimentos tipo que se encontram disponíveis na página da câmara municipal na Internet (www.mun-trofa.pt) ou nos serviços de atendimento da Divisão de Obras Particulares, os quais deverão ser utilizados pelos munícipes.

6.1 PRAZOS

De acordo com a legislação em vigor (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação - DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro atualizado pelo DL n.º 26/2010 de 30 de Março, doravante designado por RJUE), transcrevemos os pontos 2, 3, 4 e 5 do Artigo 11.º - Saneamento e apreciação liminar:

- 1 - Compete ao presidente da câmara municipal, por sua iniciativa ou por indicação do gestor do procedimento, decidir as questões de ordem formal e processual que possam obstar ao conhecimento de qualquer pedido ou comunicação apresentados no âmbito do presente diploma;
- 2 - O presidente da câmara municipal profere despacho de aperfeiçoamento do pedido, no prazo de 8 (oito) dias a contar da respetiva apresentação, sempre que o requerimento ou comunicação não contenham a identificação do requerente ou comunicante, do pedido ou da localização da operação urbanística a realizar, bem como no caso de faltar documento instrutório exigível que seja indispensável ao conhecimento da pretensão e cuja falta não possa ser oficiosamente suprida;
- 3 - Na hipótese prevista no número anterior, o requerente ou comunicante é notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir ou completar o pedido, ficando suspensos os termos ulteriores do procedimento, sob pena de rejeição liminar;
- 4 - No prazo de 10 (dez) dias a contar da apresentação do requerimento ou comunicação, o presidente da câmara municipal pode igualmente proferir despacho de rejeição liminar, oficiosamente ou por indicação do gestor do procedimento, quando da análise dos elementos instrutórios resultar que o pedido é manifestamente contrário às normas legais ou regulamentares aplicáveis;
- 5 - Não ocorrendo rejeição liminar ou convite para corrigir ou completar o pedido ou comunicação, no prazo previsto nos n.ºs 2 e 4, presume-se que o requerimento ou comunicação se encontram corretamente instruídos.

7 INTRODUÇÃO

7.1 ESCLARECIMENTOS E ATENDIMENTO AO PÚBLICO

7.1.1 Secção de atendimento e instrução de processos

Esclarecimentos de carácter administrativo, fornecimento de plantas topográficas e de extratos de plantas de planos municipais de ordenamento do território ou de loteamentos, fornecimento de impressos, receção de processos e entrega de documentos vários, no seguinte horário:

2ª a 6ª feira 9:00 h às 17:30 h

7.1.2 Gabinete Técnico

Esclarecimentos de carácter técnico sobre processos de obras particulares e instrumentos de planeamento urbanístico em vigor, para a área do município.

Este atendimento depende de prévia marcação, que pode ser feita através do telefone 252 409 290, devendo ser indicado o nome do interessado, telefone para contacto e o assunto a tratar, e poderá ser feito no seguinte horário:

3ª feira 9:30 h às 12:00 h

5ª feira 14:30 h às 17:00 h

Para pequenos esclarecimentos poderá ainda ser utilizado o correio eletrónico dat@mun-trofa.pt (Departamento de Administração do Território) ou para o geral@mun-trofa.pt, que dependendo do assunto, deverá ser enviado ao cuidado de um dos técnicos, do coordenador técnico ou do chefe de divisão.

8 NORMAS GERAIS

8.1 FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ELEMENTOS

Todos os elementos devem ser apresentados em formato A4 com uma margem lateral esquerda de 3 cm livre para furação e arquivo em pastas próprias (devidamente dobradas e furadas).

- Os elementos devem ser apresentados pela ordem indicada nas normas e sem agramos.
- Todos os exemplares devem ser apresentados em papel opaco.
- Todas as peças escritas e desenhadas do projeto, incluindo as plantas de localização, devem ser subscritas pelo técnico autor e responsável pelo projeto.
- Todos os elementos devem permitir reprodução a preto e branco sem perda de informação, pelo que a utilização de cor deve estar sempre associada a tramas identificáveis a preto e branco.
- No caso dos projetos de alteração ou ampliação, as peças desenhadas deverão indicar as obras a realizar e a demolir, com as cores convencionais, conforme a seguir se indica: cor vermelha, para os elementos a construir; cor amarela para os elementos a demolir; cor preta, para os elementos a conservar; cor azul para os elementos a legalizar., sem prejuízo do disposto no ponto anterior;
- Nas plantas referidas nas normas que são fornecidas pelos Serviços, designadamente as plantas do PDM, deverá ser rigorosamente identificado e assinalado o terreno objeto da operação, bem como a implantação da operação urbanística, sempre que a escala da planta o permita.
- As plantas de implantação devem ser apresentadas com orientação a Norte.
- Os levantamentos topográficos devem ser elaborados por técnicos habilitados e com equipamento adequado, contendo informação altimétrica por pontos cotados e curvas de nível, devidamente identificados, devendo ser ligado à Rede Geodésica Nacional, nos termos da Rede de Apoio Topográfico Municipal do Concelho da Trofa.
- Estes levantamentos deverão ser apresentados à escala de 1:1000 ou superior, correspondente ao estado e uso atual do terreno e de uma faixa envolvente com a dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com a indicação dos elementos ou valores naturais e construídos, as servidões administrativas e restrições de utilidade pública e ainda as infra-estruturas existentes
- A Informação Digital a que se refere os n.º 4 a 6 do Artigo 9º do RMUE, deverá ser apresentada em CD-ROM, com etiqueta devidamente identificada contendo a designação dos ficheiros e sua extensão.

8.2 NÚMERO DE EXEMPLARES A APRESENTAR

- Em geral deverão ser apresentados dois exemplares de cada projeto, mais um por cada entidade externa a consultar (Anexo I).
- Excetua-se do disposto no ponto anterior:
 - Projeto de gás em edifícios: 1 exemplar devidamente visado por entidade certificada;
 - Projeto elétrico/ficha eletrotécnica em edifícios - 1 exemplar devidamente visado pela entidade competente;
 - Projeto de infra-estruturas de gás: 2 + 1 em formato digital (formato pdf - resolução 200 dpi a cores);
 - Projeto de infra-estruturas de abastecimento de água - 3 exemplares;
 - Projeto de infra-estruturas de drenagem de águas residuais - 3 exemplares;
 - Projeto de infra-estruturas de drenagem de águas pluviais - 3 exemplares;
 - Projeto de infra-estruturas elétricas - 4 exemplares;
 - Projeto de infra-estruturas de telecomunicações - 4 exemplares.

8.3 TÉCNICOS AUTORES DOS PROJETOS E RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DAS OBRAS

- Os técnicos autores dos projetos e responsáveis pela execução de obras, devem fazer prova da validade da sua inscrição em Associação Pública de natureza profissional, apresentando documento próprio para o efeito emitido por essa associação;
- Os técnicos devem apresentar cópia do Bilhete de Identidade e número de contribuinte, aquando da entrega de elementos relativos a um processo, pela 1ª vez, sendo que posteriormente só será necessária a exibição do original desses documentos para confirmação pelos Serviços.

8.4 REQUERENTES

- Os requerentes devem apresentar cópia do Bilhete de Identidade e número de contribuinte, aquando da entrega de elementos relativos a um processo, pela 1ª vez, sendo que posteriormente só será necessária a exibição do original desses documentos para confirmação pelos Serviços.

8.5 REQUERIMENTO

- O requerimento a entregar pelo requerente deverá ser dirigido ao Presidente da Câmara, de acordo com o previsto no n.º1 art.º 9.º do DL n.º 26/2010 de 30 de março, contendo o nome, profissão, estado civil, número de contribuinte, morada, número de telefone e qualidade em que faz o pedido (proprietário, usufrutuário, locatário, titular do direito de uso e habitação, superficiária ou mandatário). Deve ainda ser indicado os fins a que se destina a pretensão e os dados relativos ao terreno, nomeadamente a área, número de lote e respetivo alvará de loteamento, número da descrição do registo predial, número de inscrição na matriz e confrontações;
- Preferencialmente, deverão ser utilizados os modelos atuais da câmara municipal da Trofa disponibilizados nos serviços administrativos e no sítio da câmara municipal (no link Serviços Municipais, procurar obras particulares, abrir, e escolher a opção pretendida – requerimentos).

8.6 FICHAS DAS CARACTERÍSTICAS

- As fichas das características, a entregar juntamente com os pedidos, deverão ser devidamente preenchida uma vez que servem de base à emissão de alvarás, liquidação de taxas de licenciamento e as devidas pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas (TMU).

Deverão ser utilizados os modelos da câmara municipal da Trofa disponibilizados nos serviços administrativos e no sítio da câmara municipal (no link Serviços Municipais, procurar obras particulares, abrir, e escolher a opção pretendida – fichas de elementos estatísticos).

- As fichas dos elementos estatísticos a que se refere a Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, retificada pela Declaração de Retificação n.º 26/2008, de 9 de Maio, deverão ser devidamente preenchidas para futuro envio de dados para o Instituto Nacional de Estatística.

Os modelos são os constantes no link desta entidade, em função da operação urbanística (Q1- operações de loteamentos urbanos, Q2 – Trabalhos de remodelação de terrenos, Q3 - Projetos de obras de edificação e demolição de edifícios, Q4 – Utilização de obras concluídas).

8.7 TIPO DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA

No requerimento inicial deve ser indicado o tipo de operação urbanística que se pretende realizar.

Esta indicação deve ser feita de acordo com as definições constantes do Art.2º do RJUE.

Se o pedido respeitar a mais de um tipo, devem ser indicados no mesmo requerimento, desde que estejam diretamente relacionados.

8.8 INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL E SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA APLICÁVEIS NA ÁREA DO MUNICÍPIO

8.8.1 Instrumentos de gestão territorial

Tipologia	Designação
Plano Diretor Municipal da Trofa	Aviso n.º 2683/2013 publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 38 — 22 de fevereiro de 2013 (após aprovação pela Assembleia Municipal em 2012/12/27).
Referentes a plano regional de ordenamento do território, planos especiais de ordenamento do território, planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território. Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa	Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/94, de 23/09, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Declaração n.º 74/98 publicada na 2.ª série do DR de 7 de Maio (após aprovação pela Assembleia Municipal em 97/09/25).
Medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, áreas de construção prioritárias, áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística.	Não aplicável no Concelho
Plano da Bacia Hidrográfica do Leça	Decreto Regulamentar n.º 18/2002 de 20/03
Plano da Bacia Hidrográfica do Ave	Decreto Regulamentar n.º 19/2002 de 20/03
Plano Rodoviário Nacional 2000	Decreto-Lei n.º 222/98 de 17 de Julho, alterado pela Lei n.º 98/99 de 26 de Julho e DL n.º 182/2003 de 31 de Outubro.
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho	Decreto Regulamentar n.º 17/2007 de 28/03

8.8.2 Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

Tipologia	Designação
Zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação, reservas arqueológicas de proteção e zonas especiais de proteção de parque arqueológico a que se refere a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro Imóveis ou elementos naturais classificados como de interesse municipal a que se refere a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.	Castro de Alvarelhos – Monumento Nacional (DL 16/1910, de 23/05) Marco Miliário da série Capela - Monumento Nacional (DL 16/1910, de 23/05).
Zonas de proteção a edifícios e outras construções de interesse público, a que se refere o Decreto-Lei n.º 40388, de 21 de Novembro de 1955.	Igreja Paroquial de Santiago – Imóvel de interesse Público (DL 29/84, de 25/06)
Imóveis ou elementos naturais classificados como de interesse municipal a que se refere a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.	Fraxinus Augustifolia - (Freixo) (Aviso n.º 5912/2004, DR n.º 119, 2ª série, de 21/05/2004) Quercus Robur L (Aviso n.º 2932/2002, DR n.º 51, II série de 01/03/2002) Quercus Robur L (DR n.º 154, II série de 06/07/1995)
Zonas de proteção de albufeiras de águas públicas a que se refere o Decreto-Lei n.º 502/71, de 18 de Novembro.	Não aplicável no Concelho
Áreas integradas no domínio hídrico público ou privado a que se refere o Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, e a Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro.	Não aplicável no Concelho
Parques nacionais, parques naturais, reservas naturais, reservas de recreio, áreas de paisagem protegida e lugares, sítios, conjuntos e objetos classificados a que se refere o Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro.	Não aplicável no Concelho
Áreas integradas na Reserva Agrícola Nacional a que se refere o Decreto-Lei n.º 73/2009 (D.R. n.º 63, Série I de 2009-03-31).	Áreas definidas no P.D.M.
Áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional a que se refere o Decreto-Lei n.º 166/2008 com a redação do Decreto-Lei n.º 239/2012 (D.R. n.º 212, Série I de 2012-11-02).	Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2008 (DR I série n.º 43 de 2003-02-29) Declaração de Retificação n.º 23/2008 de 24/09
Zonas de proteção estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 173/2006, de 24 de Agosto	Não aplicável no Concelho

8.8.3 REGULAMENTOS MUNICIPAIS

Tipologia	Designação
Regulamento Municipal	<p>Regulamento Municipal e Edificação e Urbanização – RMUE</p> <p><i>Nova alteração em discussão pública: Aviso n.º 1598/2014 do Diário da República, 2.ª série — N.º 24 — 4 de fevereiro de 2014</i></p> <p>Aprovado em reunião de Assembleia Municipal de 27/12/2002, sob proposta da Câmara Municipal de 27/11/2002 e publicado na 2ª série do Diário da República, pelo Aviso n.º1419/2003, de 19/02.</p> <p>11ª Alteração aprovada em reunião de Assembleia Municipal de 30/06/2006, sob proposta da Câmara Municipal em reunião de 02/06/2006 e publicada em aviso na 2ª serie do Diário da república n.º184, de 22/09/2006 (parte especial).</p>
Regulamento Municipal	<p>Regulamento de Taxas e Encargos Urbanísticos do Município da Trofa</p> <p>Aprovado em reunião de Assembleia Municipal de 29/12/2008, sob proposta da Câmara Municipal de 03/12/2008 e publicado na 2ª serie do Diário da Republica pelo Aviso n.º3744/2009, de 16/02.</p>
Regulamento Municipal	<p>Regulamento de manutenção e inspeção de ascensores, montacargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes da Câmara Municipal da Trofa.</p> <p>Aprovado em reunião de Câmara Municipal de 12/09/2003 e em reunião de Assembleia Municipal de 30/09/2003.</p>

8.9 OPERAÇÕES URBANISTICAS

De acordo com as definições constantes no Art.º2º do RJUE, existem as seguintes OPERAÇÕES URBANÍSTICAS:

- Obras de construção;
- Obras de reconstrução sem preservação das fachadas;
- Obras de reconstrução com preservação das fachadas;
- Obras de ampliação;
- Obras de alteração;
- Obras de conservação;
- Obras de demolição;
- Obras de urbanização;
- Operações de loteamento;
- Trabalhos de remodelação dos terrenos;
- Outras operações urbanísticas.

8.10 TIPOS DE PROCEDIMENTO

A atual versão do diploma, consagra os seguintes três procedimentos: de licença, comunicação prévia e autorização.

O licenciamento ou comunicação prévia aplica-se em função do tipo de operação urbanística a realizar, da sua prévia conformidade da ação com anterior ato da Administração, do grau de concretização do planeamento territorial aferido pelo conteúdo dos planos municipais de ordenamento do território aplicáveis, das operações de loteamento devidamente aprovadas, bem como da necessidade de intervenção de entidades exteriores ao município. Em operações urbanísticas em loteamentos antigos (alvará não contém as especificação da alínea e) do n.º 1 do art.º 77º do RJUE) segue-se o procedimento de licenciamento nos termos do art.º 11º do RMUE. Na regularização, renovação de pedidos ou de comunicação prévia das operações urbanísticas poderá dispensar-se a apresentação de alguns dos elementos, conforme o art.º 10º e 12.º, respetivamente, do RMUE. A autorização administrativa aplica-se à alteração de utilização e de ocupação de edifícios ou suas frações.

8.10.1 LICENCIAMENTO

Estão sujeitos a licenciamento as seguintes operações urbanísticas:

- Operações de loteamento;
- Obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;
- Obras de construção, de alteração e de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento;
- Obras de reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação;
- Obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados, bem como dos imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados, ou em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública;
- Obras de reconstrução sem preservação das fachadas;
- Obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução.

8.10.2 COMUNICAÇÃO PRÉVIA

Estão sujeitas a comunicação prévia as operações urbanísticas relativas a:

- Obras de reconstrução com preservação das fachadas – as obras de construção subsequentes à demolição de parte de uma edificação existente, preservando as fachadas principais com todos os seus elementos não dissonantes e das quais não resulte edificação com a cêrcea superior à das edificações confinantes mais elevadas;
- Obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área abrangida por operação de loteamento;
- Obras de construção, de alteração ou de ampliação em área abrangida por operação de loteamento ou plano de pormenor que contenha os elementos referidos nas alíneas c), d) e f) do n.º 1 do artigo 91º do DL 380/99, de 22/09;
- Obras de construção, de alteração ou de ampliação em zona urbana consolidada que respeitem os planos municipais e das quais não resulte edificação com cêrcea superior à altura mais frequente das fachadas da frente edificada do lado do arruamento onde se integra a nova edificação, no troço de rua compreendido entre as duas transversais mais próximas, para um e para outro lado;
- As obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis nas áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública;
- Edificação de piscinas associadas à edificação principal;
- Alterações à utilização dos edifícios, bem como, o arrendamento para fins não habitacionais de prédios ou frações não licenciados, nos termos do n.º 4 do artigo 5º do DL 160/2006, de 08/08 ou que envolvam a realização de obras não isentas de controlo prévio ou que careçam da realização de consultas externas;
- As demais operações urbanísticas que não estejam isentas de controlo prévio.

8.10.3 AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A autorização aplica-se à ocupação ou à alteração da utilização de edifícios ou suas frações.

NOTA: As obras de conservação definidas na alínea f) do Art.2º do RJUE, as obras de escassa relevância urbanística previstas no Art.6º-A e as previstas no art.º 3º do RMUE muito embora não estejam sujeitas a qualquer controlo prévio, devem ser comunicadas à câmara municipal para efeitos de fiscalização.

Quando o pedido respeite a vários tipos de operações urbanísticas referidos no Art.2º do RJUE, deve ser instruído com os elementos previstos nas presentes normas para cada uma das operações constantes na pretensão.

9 NORMAS DE INSTRUÇÃO DE PROCESSOS

Os elementos que devem instruir os pedidos das diversas operações urbanísticas, encontra-se estruturada com base na forma do procedimento adotado e reunida num único diploma regulamentar – a Portaria n.º 232/2008 de 11 de Março e diplomas conexos, nomeadamente a Portaria n.º 349-C/2013 de 2 de Dezembro (Sistema de Certificação Energética dos Edifícios- SCE) no que reporta aos elementos que demonstrem o cumprimento do Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação (REH) e do Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços (RECS).

9.1 PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA

Qualquer interessado pode solicitar à câmara municipal, a título prévio, informação sobre a viabilidade de realizar determinada operação urbanística ou conjunto de operações urbanísticas diretamente relacionadas, bem como sobre os respetivos condicionamentos legais ou regulamentares, nomeadamente relativos a infraestruturas, servidões administrativas e restrições de utilidade pública, índices urbanísticos, cércneas, afastamentos e demais condicionantes aplicáveis à pretensão. O pedido deverá ter em consideração o art.º9º do RMUE.

Quando o interessado não seja o proprietário do prédio, o pedido de informação prévia inclui a identificação daquele bem como dos titulares de qualquer outro direito real sobre o prédio, através de certidão emitida pela conservatória do registo predial.

De seguida enumeram-se os documentos que devem instruir os pedidos dos diversos tipos de operações urbanísticas em função dos instrumentos de ordenamento do território em que se inserem.

9.1.1 OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM ÁREA ABRANGIDA POR PLANO DE PORMENOR

Requerimento

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial

Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão e indicando a área objeto do pedido;

Levantamento fotográfico (Anexo II)

Extratos das plantas de implantação e de condicionantes do plano de pormenor assinalando a área objeto da pretensão;

9.1.2. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM ÁREA ABRANGIDA POR PLANO DE URBANIZAÇÃO OU PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Requerimento

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Memória descritiva esclarecendo devidamente e a pretensão e indicando a área abrangida, a descrição dos elementos essenciais das redes de infra-estruturas, designadamente das redes existentes e da sobrecarga que a pretensão poderá implicar, a área total de construção acima da cota de soleira e respetivos usos pretendidos, as cêrceas, o número de pisos acima e abaixo da cota da soleira e a área total de implantação.

Levantamento fotográfico (Anexo II)

Extratos das plantas de zonamento e de ordenamento dos planos municipais vigentes assinalando a área objeto da operação.

Extratos das plantas de condicionantes dos planos municipais vigentes assinalando a área objeto da operação.

Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano diretor municipal, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, doravante designado RGE (Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, alterado pelo DL n.º 278/2007 de 1 de Agosto), contendo informação acústica adequada relativa à situação atual e à decorrente da execução da operação de loteamento. A verificação dos elementos previstos no n.º 1 do artigo 11.º do RGR aprovado pelo, deve ter em consideração a classificação acústica da zona no PDM.

Planta da situação existente, à escala de 1:1000 ou superior, correspondente ao estado e uso atual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação dos elementos ou valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública, incluindo os solos abrangidos pelos regimes da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN) e ainda as infra-estruturas existentes.

Planta à escala de 1:1000 ou superior contendo os elementos técnicos definidores da modelação do terreno, da volumetria, alinhamento, cêrcea e implantação da edificação e dos muros de vedação.

Condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente.

Programa de utilização das edificações, incluindo a área bruta de construção a afetar aos diversos usos e o número de fogos e outras unidades de utilização.

Infra-estruturas locais e ligação às infra-estruturas gerais.

Estimativa de encargos urbanísticos devidos.

Planta definindo claramente as áreas de cedência destinadas à implantação de espaços verdes equipamentos de utilização coletiva e infra-estruturas viárias, acompanhada de quadros com as medições das áreas respetivas.

Plano de acessibilidades (Anexo III).

9.1.3 OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM ÁREA NÃO ABRANGIDA POR PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Requerimento

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão e indicando a área abrangida, a descrição dos elementos essenciais das redes de infra-estruturas, designadamente das redes existentes e da sobrecarga que a pretensão poderá implicar, a área total de construção acima da cota de soleira e respetivos usos pretendidos, o número de fogos

habitacionais, as cérceas, o número de pisos acima e abaixo da cota da soleira e a área total de implantação.

Levantamento fotográfico (Anexo II)

Extrato da carta da RAN abrangendo os solos que se pretende utilizar.

Extrato da carta da REN com a delimitação da área objeto da pretensão.

Planta de localização e enquadramento, à escala de 1:25 000, assinalando devidamente a área de terreno em causa

Planta da situação existente, à escala de 1:2500 ou superior, correspondente ao estado e uso do terreno e de uma faixa envolvente com a dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com a indicação dos elementos ou valores naturais e construídos, as servidões administrativas e restrições de utilidade pública, bem como a delimitação do terreno objeto da pretensão.

Estudo que demonstre a conformidade com o RGR, contendo informação acústica adequada relativa à situação atual e à decorrente da execução da operação de loteamento

A verificação dos elementos previstos no n.º 1 do artigo 11.º do RGR deve ter em consideração a classificação acústica da zona no PDM.

Planta da situação existente, à escala de 1:1000 ou superior, correspondente ao estado e uso atual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação dos elementos ou valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública, incluindo os solos abrangidos pelos regimes da RAN e da REN e ainda as infra-estruturas existentes.

Planta à escala de 1:1000 ou superior contendo os elementos técnicos definidores da modelação do terreno, da volumetria, alinhamento, cércea e implantação da edificação e dos muros de vedação.

Condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente.

Programa de utilização das edificações, incluindo a área bruta de construção a afetar aos diversos usos e o número de fogos e outras unidades de utilização.

Infra-estruturas locais e ligação às infra-estruturas gerais.

Estimativa de encargos urbanísticos devidos.

Planta definindo claramente as áreas de cedência destinadas à implantação de espaços verdes, equipamentos de utilização coletiva e infra-estruturas viárias, acompanhada de quadros com as medições das áreas respetivas.

Plano de acessibilidades (Anexo III).

9.1.4 OBRAS DE URBANIZAÇÃO

Requerimento

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Memória descritiva explicitando todos os trabalhos, designadamente, arruamentos, redes de abastecimento de águas, de drenagem de águas residuais, de gás, de eletricidade, de telecomunicações e dos arranjos exteriores.

Levantamento fotográfico (Anexo II).

Extratos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes com a área objeto da pretensão devidamente assinalada.

Extratos das plantas de condicionantes dos planos municipais de ordenamento do território vigentes, com a área objeto da pretensão devidamente assinalada.

Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano diretor municipal assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Planta da situação existente, à escala de 1:2500 ou superior, correspondente ao estado e uso do terreno, e de uma faixa envolvente com a dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com a indicação dos elementos ou valores naturais e construídos, as servidões administrativas e restrições de utilidade pública, bem como a delimitação do terreno objeto da pretensão

Estudo que demonstre a conformidade com o RAN, contendo informação acústica adequada relativa à situação atual e à decorrente da execução das obras de urbanização.

Plano de acessibilidades (Anexo III).

9.1.5 OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM ÁREA NÃO ABRANGIDA POR PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Requerimento

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Memória descritiva explicitando as obras, designadamente arruamentos, redes de abastecimento de águas, de saneamento, de gás, de eletricidade e de telecomunicações e arranjos exteriores.

Levantamento fotográfico (Anexo II).

Extrato da carta da RAN abrangendo os solos que se pretendem utilizar.

Extrato da carta da REN com a delimitação da área objeto da pretensão.

Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano diretor municipal assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Planta da situação existente, à escala de 1:2500 ou superior, correspondente ao estado e uso do terreno, e de uma faixa envolvente com a dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com a indicação dos elementos ou valores naturais e construídos, as servidões administrativas e restrições de utilidade pública, bem como a delimitação do terreno objeto da pretensão.

Estudo que demonstre a conformidade com o RGR, contendo informação acústica adequada relativa à situação atual e à decorrente da execução das obras de urbanização.

Plano de acessibilidades (Anexo III).

9.1.6 OBRAS DE EDIFICAÇÃO EM ÁREA ABRANGIDA POR PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Requerimento

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão.

Levantamento fotográfico (Anexo II).

Extrato das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação dos planos municipais vigentes, das respetivas plantas de condicionantes, da planta de síntese do loteamento quando exista e planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra.

Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano diretor municipal assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Quando o pedido diga respeito a novas edificações ou a obras que impliquem aumento da área construída, devem, sempre que possível, constar do pedido de informação prévia os seguintes elementos:

- Planta de implantação à escala de 1:500 ou superior, definindo a volumetria, alinhamento, cêrcea e implantação da edificação e dos muros de vedação.
- Localização e dimensionamento das construções anexas, incluindo alçados a uma escala de 1:500 ou superior do troço de rua compreendido entre as duas transversais mais próximas, para um e para outro lado, quando se trate de situação enquadrável na alínea f) do n.º 1 do artigo 6.º do RJUE.
- Caso inclua recetores sensíveis, apresentação de extrato de mapa de ruído ou de plano de ordenamento do território com classificação acústica da zona ou, na sua ausência, apresentação de elementos previstos no n.º 4 do artigo 11.º do RGR.
- Condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente.
- Programa de utilização das edificações, incluindo a área bruta de construção a afetar aos diversos usos e o número de fogos e outras unidades de utilização.

f) Infra-estruturas locais e ligação às infra-estruturas gerais.

g) Estimativa de encargos urbanísticos devidos.

h) Áreas de cedência destinadas à implantação de espaços verdes, equipamentos de utilização coletiva e infra-estruturas viárias.

i) Caso se trate de obras de construção, alteração, reconstrução, ampliação ou de urbanização, de promoção privada, referentes a edifícios, estabelecimentos ou equipamentos abrangidos pelos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adotadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, nos termos do artigo 3.º do mesmo decreto-lei.

Quando existirem edificações adjacentes, o requerente deve, ainda, indicar os elementos mencionados nas alíneas a), e d) supra referidas.

9.1.7 OBRAS DE EDIFICAÇÃO EM ÁREA NÃO ABRANGIDA POR PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NEM OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO

Requerimento

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão.

Levantamento fotográfico (Anexo II).

Extrato das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação dos planos municipais vigentes, das respetivas plantas de condicionantes, da planta de síntese do loteamento quando exista e planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra.

Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano diretor municipal, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Extrato da carta da RAN abrangendo os solos que se pretendem utilizar.

Extrato da carta da REN com a delimitação da área objeto da pretensão.

Quando o pedido diga respeito a novas edificações ou a obras que impliquem aumento da área construída, devem, sempre que possível, constar do pedido de informação prévia os seguintes elementos:

a) Planta de implantação à escala de 1:500 ou superior, definindo a volumetria, alinhamento, cêrcea e implantação da edificação e dos muros de vedação.

b) Localização e dimensionamento das construções anexas, incluindo alçados a uma escala de 1:500 ou superior do troço de rua compreendido entre as duas transversais mais próximas, para um e para outro lado, quando se trate de situação enquadrável na alínea f) do n.º 1 do artigo 6.º do RJUE.

c) Na sua ausência de mapa de ruído, apresentação de elementos previstos no n.º 4 do artigo 11.º do RGR.

d) Condicionantes, para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente

e) Programa de utilização das edificações, incluindo a área bruta de construção a afetar aos diversos usos e o número de fogos e outras unidades de utilização.

f) Infra-estruturas locais e ligação às infra-estruturas gerais.

g) Estimativa de encargos urbanísticos devidos.

h) Áreas de cedência destinadas à implantação de espaços verdes, equipamentos de utilização coletiva e infra-estruturas viárias.

i) Caso se trate de obras de construção, alteração, reconstrução, ampliação ou de urbanização, de promoção privada, referentes a edifícios, estabelecimentos ou equipamentos abrangidos pelos n.os 2 e 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adotadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, nos termos do artigo 3.º do mesmo decreto-lei. Quando existirem edificações adjacentes, o requerente deve, ainda, indicar os elementos mencionados nas alíneas a) e d) supra referidas.

9.1.8 OBRAS DE DEMOLIÇÃO

Requerimento

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão e indicando a área objeto do pedido, bem como o estado de conservação do imóvel, devendo conter o destino final dos produtos resultantes da demolição.

Levantamento fotográfico (Anexo II).

Planta à escala de 1:2500 ou superior e, quando exista plano municipal de ordenamento do território ou operação de loteamento, extratos das plantas de ordenamento, de zonamento, de implantação e das respetivas plantas de condicionantes e da planta de síntese do loteamento, com a indicação precisa do local onde se situa a obra objeto do pedido de demolição.

Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano diretor municipal assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Descrição sumária da utilização futura do terreno.

9.1.9 ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO

Requerimento

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão e indicando a área objeto do pedido.

Levantamento fotográfico (Anexo II).

Planta à escala de 1:2500 ou superior e, quando exista plano municipal de ordenamento do território, extratos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação e das respetivas plantas de condicionantes, com a indicação precisa do local onde se situa o edifício objeto do pedido.

Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano diretor municipal assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Planta do edifício ou da fração com identificação do respetivo prédio.

9.1.10 OUTRAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

Requerimento

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão e indicando a área objeto do pedido.

Levantamento fotográfico (Anexo II).

Planta à escala de 1:2500 ou superior e, quando exista plano municipal de ordenamento do território, extratos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação e das respetivas plantas de condicionantes, bem como da planta síntese do loteamento quando exista, com a indicação precisa do local onde se situa o edifício objeto do pedido.

Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano diretor municipal assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Estudo que demonstre a conformidade com o RGR, contendo informação acústica adequada relativa à situação atual e à decorrente da execução da operação urbanística.

9.1.11 REMODELAÇÃO DE TERRENOS EM ÁREA NÃO ABRANGIDA POR PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Requerimento

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão e indicando a área objeto do pedido.

Levantamento fotográfico (Anexo II).

Planta à escala de 1:2500 ou superior e, quando exista plano municipal de ordenamento do território, extratos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação e das respetivas plantas de condicionantes, bem como da planta síntese do loteamento quando exista, com a indicação precisa do local onde se situa o edifício objeto do pedido.

Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano diretor municipal, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Extrato da carta da RAN abrangendo os solos que se pretendem utilizar ou, quando esta não exista, parecer sobre a capacidade de uso, emitido pelos serviços competentes.

Extrato da carta da REN com a delimitação da área objeto da pretensão ou, quando esta não existir, parecer emitido pelos serviços competentes.

Estudo que demonstre a conformidade com o RGR, contendo informação acústica adequada relativa à situação atual e à decorrente da execução da operação urbanística.

9.2 PEDIDO DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA

O procedimento de comunicação prévia aplica-se a zonas já com prévio controlo administrativo, permitindo que a operação urbanística esteja sujeita a menor controlo da administração. Na instrução dos pedidos deve ter-se em consideração o art.º12º do RMUE.

No âmbito deste procedimento os projetos das especialidades devem ser entregues em simultâneo com o pedido inicial.

Seguidamente enumeram-se os documentos que devem instruir os pedidos de comunicação prévia dos diversos tipos de operações urbanísticas.

9.2.1 OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO

Requerimento

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Projeto da operação de loteamento (Anexo IV).

Planta da situação existente, à escala de 1:1000 ou superior, correspondente ao estado e uso atual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação dos elementos ou valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública, incluindo os solos abrangidos pelos regimes da RAN e REN e ainda as infra-estruturas existentes.

Planta de síntese, à escala de 1:1000 ou superior, correspondente ao estado e uso atual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação

dos elementos ou valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública, incluindo os solos abrangidos pelos regimes da REN e da RAN e ainda as infra-estruturas existentes.

Planta com áreas de cedência para o domínio municipal.

Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis (Anexo XI.2).

Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta exista e estiver em vigor.

Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.

Estudo que demonstre a conformidade com o RGR, contendo informação acústica adequada relativa à situação atual e à decorrente da execução da operação urbanística.

Plano de acessibilidades (Anexo III).

Planta de síntese da operação de loteamento em base transparente e, quando exista, em base digital.

Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência.

Atualização da certidão da conservatória do registo predial anteriormente entregue.

Ficha de características de operação de loteamento.

Ficha de características dos lotes.

9.2.2 OBRAS DE URBANIZAÇÃO

Requerimento

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Projetos de obras de urbanização que integram a obra (Anexo V.)

Projetos da engenharia das especialidades que integram a obra, designadamente das infra-estruturas viárias, redes de abastecimento de águas, esgotos e drenagem, de gás, de eletricidade, de telecomunicações, arranjos exteriores, devendo cada projeto conter memória descritiva e justificativa, bem como os cálculos, se for caso disso, e as peças desenhadas, em escala tecnicamente adequada, com os respetivos termos de responsabilidade dos técnicos autores dos projetos.

Orçamento da obra, por especialidades e global, baseado em quantidades e qualidades dos trabalhos necessários à sua execução, devendo neles ser adotadas as normas europeias e as portuguesas em vigor ou as especificações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Condições técnicas gerais e especiais do caderno de encargos incluindo prazos para o início e para o termo da execução dos trabalhos.

Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta exista e estiver em vigor.

Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador de projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis (Anexo XI.2).

Contrato de urbanização, caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação.

Plano de acessibilidades (Anexo III).

Estudo que demonstre a conformidade com o RGR, contendo informação acústica adequada relativa à situação atual e à decorrente da execução da operação urbanística.

Cópia da notificação do deferimento do pedido de licenciamento da operação de loteamento.

Documento comprovativo da prestação de caução.

Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro.

Termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização de obra/ Diretor técnico de obra (Anexo XI.4).

Declaração de titularidade de alvará emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI, I. P.), com habilitações adequadas à natureza e valor da obra, ou título de registo emitido por aquela entidade, com subcategorias adequadas aos trabalhos a executar, a verificar através da consulta do portal do InCI, I. P, pela entidade licenciadora, no prazo previsto para a rejeição da comunicação prévia.

Livro de obra, com menção do termo de abertura.

Plano de segurança e saúde (Anexo XII).

Minuta do contrato de urbanização aprovada, quando exista.

9.2.3 OBRAS DE EDIFICAÇÃO

Requerimento

Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Extratos das plantas de ordenamento dos planos municipais de ordenamento do território.

Extratos das plantas de zonamento dos planos municipais de ordenamento do território.

Extratos das plantas de implantação dos planos municipais de ordenamento do território.

Extratos das plantas de condicionantes.

Planta síntese do loteamento, se existir.

Planta de localização à escala 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra.

Projeto de arquitetura (Anexo VI).

Memória descritiva e justificativa.

Ficha de segurança contra incêndios, disponível no sítio da ANPC, para as Utilizações -Tipo I a III e VI a XII, da 1ª categoria de risco (Anexo VIII).

Estimativa do custo da obra.

Calendarização da execução da obra.

Levantamento fotográfico (Anexo II).

Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor.

Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador de projeto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Projetos de especialidades (Anexo VII).

Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.

Plano de acessibilidades (Anexo III).

Apólice de seguro de construção, quando for legalmente exigível.

Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro.

Termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização de obra/ diretor técnico de obra (Anexo XI.3).

Declaração de titularidade de alvará emitido pelo InCI, I. P., com habilitações adequadas à natureza e valor da obra, ou título de registo emitido por aquela entidade, com subcategorias adequadas aos trabalhos a executar, a verificar através da consulta do portal do InCI, I. P., pela entidade licenciadora, no prazo previsto para a rejeição da comunicação prévia.

Livro de obra, com menção do termo de abertura.

Plano de segurança e saúde (Anexo XII).
Ficha de segurança contra incêndio (Anexo VIII).
Ficha de características.

9.2.4 OBRAS DE DEMOLIÇÃO

Requerimento

Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização de obra/ diretor técnico de obra (Anexo XI.4).

Memória descritiva e justificativa esclarecendo devidamente a pretensão, descrevendo sumariamente o estado de conservação do imóvel com junção de elementos fotográficos, indicando os prazos em que se propõe iniciar e concluir a obra, as técnicas de demolição a utilizar, as quais são acompanhadas de peças escritas e desenhadas justificativas das mesmas, bem como o local de depósito dos entulhos.

Plantas à escala de 1:2500, ou superior com a indicação precisa do local onde se situa a obra objeto do pedido de demolição, dos elementos e valores naturais e construídos, servidões administrativas e restrições de utilidade pública, e, quando exista plano diretor municipal, plano de urbanização ou de pormenor.

Extratos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação e das respetivas plantas de condicionantes e da planta de síntese da operação de loteamento, quando exista, com a indicação precisa do local.

Declaração de titularidade de alvará emitido pelo InCI, I. P., com habilitações adequadas à natureza e valor da obra, a verificar através da consulta do portal do InCI, I. P., pela entidade licenciadora, no prazo previsto para a decisão.

Ficha das características da construção.

9.2.5 TRABALHOS DE REMODELAÇÃO DE TERRENOS

Requerimento

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Projeto de execução dos trabalhos.

Memória descritiva e justificativa esclarecendo devidamente a pretensão.

Estimativa do custo total dos trabalhos.

Calendarização da execução dos trabalhos.

Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor.

Projecto da engenharia de especialidades necessários à execução dos trabalhos.

Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador do projeto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis (Anexo XI.3)

Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.

Extrato da planta de síntese do loteamento.

Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro.

Termos de responsabilidade assinados pelo diretor de fiscalização de obra/ diretor de obra (Anexo XI.4).

Declaração de titularidade de alvará emitido pelo InCI, I. P., com habilitações adequadas à natureza e valor da obra, ou título de registo emitido por aquela entidade, com subcategorias adequadas aos trabalhos a executar, a verificar através da consulta do portal do InCI, I. P., pela entidade licenciadora, no prazo previsto para a rejeição da comunicação prévia.

Livro de obra, com menção do termo de abertura.

Plano de segurança e saúde (Anexo XII).

Ficha de características.

9.2.6 OUTRAS OPERAÇÕES URBANISTICAS NÃO ISENTAS DE LICENÇA

Requerimento

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Extratos das plantas de ordenamento dos planos municipais de ordenamento do território.

Extratos das plantas de zonamento dos planos municipais de ordenamento do território.

Extratos das plantas de implantação dos planos municipais de ordenamento do território.

Extratos das plantas de condicionantes.

Planta síntese do loteamento, se existir.

Planta à escala de 1:2500, ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a operação.

Memória descritiva e justificativa esclarecendo devidamente a pretensão.

Projeto da operação.

Estimativa do custo total da operação.

Calendarização da execução da operação.

Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor.

Projetos da engenharia das especialidades necessários à execução da operação, quando aplicáveis (Anexo V ou Anexo VII).

Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador de projeto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis (Anexo XI.3).

9.2.7 ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE EDIFÍCIO OU FRAÇÃO (Edificações anteriores a 1951, não abrangidas pelo RGEU)

Requerimento

Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Termo de responsabilidade subscrito pelo diretor de fiscalização de obra/diretor de obra, quando aplicável (Anexo XI.5 ou Anexo XI.6).

Planta e corte do edifício ou da fração com identificação do respetivo prédio.

Telas finais, quando aplicável.

Cópia do alvará de licença ou autorização de utilização anterior, quando exista.

Extratos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigente.

Plantas de condicionantes dos planos municipais de ordenamento do território vigente.

Planta de localização à escala 1:5000, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Projeto de arquitetura aprovado, no caso de obras licenciadas pela Câmara de Santo Tirso (CMST).

Levantamento fotográfico (Anexo II).

Certificado de inspeção da instalação de gás, emitido por entidade certificada.

Documento comprovativo da ligação à rede pública de abastecimento de água.

Documento comprovativo da ligação à rede pública de saneamento.

Certificado de exploração de instalação elétrica, emitido pela Certiel.

Certificado de conformidade das infra-estruturas de telecomunicações, emitido por entidade certificada.

Certificado de conformidade das instalações eletromecânicas, emitido por entidade certificada.

Testes acústicos quando legalmente exigíveis, realizados por entidade certificada.

Certificado de energético do edifício no âmbito do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE).

Livro de obra.

Ficha de características de utilização.

No caso de se tratar de uma indústria anexar cópia do projeto aprovado pela entidade coordenadora.

No caso de se tratar de um edifício de lavagem de viaturas ou posto de abastecimentos de combustíveis anexar documento comprovativo do tratamento dos resíduos produzidos, incluindo lamas e hidrocarbonetos da unidade de tratamento, celebrado com empresa certificada para o efeito, de acordo com a legislação em vigor.

9.3 PEDIDO DE LICENCIAMENTO

O procedimento de licenciamento aplica-se às operações urbanísticas não sujeitas a prévia conformação com atos da Administração anteriores, onde o grau de concretização do planeamento territorial aferido pelo conteúdo dos planos municipais de ordenamento do território aplicáveis é reduzido, podendo haver necessidade de intervenção de entidades exteriores ao município.

Enumera-se, de seguida, os elementos que devem constar nos pedidos de licenciamento dos diversos tipos de operações urbanísticas.

9.3.1 OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM ÁREA NÃO ABRANGIDA POR PLANO DE URBANIZAÇÃO OU PLANO DE PORMENOR

Requerimento

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Extratos das plantas de zonamento dos planos municipais de ordenamento do território, assinalando a área objeto da pretensão.

Extratos das plantas de implantação dos planos municipais de ordenamento do território, assinalando a área objeto da pretensão.

Extratos das plantas de condicionantes, assinalando a área objeto da pretensão.

Projeto da operação de loteamento (Anexo IV).

Planta da situação existente, à escala de 1:1000 ou superior, correspondente ao estado e uso atual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação dos elementos ou valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública, incluindo os solos abrangidos pelos regimes da RAN e da REN e ainda as infra-estruturas existentes (levantamento topográfico).

Planta de síntese, à escala de 1:1000 ou superior, indicando, nomeadamente, a modelação proposta para o terreno, a estrutura viária, as redes de abastecimento de água, de saneamento, de energia elétrica, de gás e de condutas destinadas à instalação de infra-estruturas de telecomunicações, a divisão em lotes e sua numeração, finalidade, áreas de implantação e de construção, número de fogos com especificação dos fogos destinados a habitações a custos controlados, quando previstos, o polígono de base para a implantação das edificações, devidamente cotado e referenciado, com indicação das cercas e do número de pisos acima e abaixo da cota de soleira, e a localização dos equipamentos e das áreas que lhes sejam destinadas, bem como das áreas para espaços verdes e de utilização coletiva.

Planta com áreas de cedência para o domínio municipal.

Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis (Anexo XI.3).

Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta exista e estiver em vigor.

Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.

Planta com identificação dos percursos acessíveis, detalhes métricos, técnicos e construtivos e uma peça escrita descrevendo e justificando as soluções adotadas.

Estudo que demonstre a conformidade com o RGR, contendo informação acústica adequada relativa à situação atual e à decorrente da execução da operação de loteamento.

Plano de acessibilidades (Anexo III).

Ficha de características da operação de loteamento.

Ficha de características dos lotes.

9.3.2 OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM ÁREA ABRANGIDA POR PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Requerimento

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Extratos das plantas de ordenamento e de condicionantes do plano diretor municipal, assinalando a área objeto da pretensão.

Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano diretor municipal, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Projeto da operação de loteamento (Anexo IV)

Planta da situação existente, à escala de 1:1000 ou superior, correspondente ao estado e uso atual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação dos elementos ou valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública, incluindo os solos abrangidos pelos regimes da RAN e REN e ainda as infra-estruturas existentes.

Planta de síntese, à escala de 1:1000 ou superior, indicando, nomeadamente, a modelação proposta para o terreno, a estrutura viária, as redes de abastecimento de água, de saneamento, de energia elétrica, de gás e de condutas

destinadas à instalação de infra-estruturas de telecomunicações, a divisão em lotes e sua numeração, finalidade, áreas de implantação e de construção, número de fogos com especificação dos fogos destinados a habitações a custos controlados, quando previstos, o polígono de base para a implantação das edificações, devidamente cotado e referenciado, com indicação das cercas e do número de pisos acima e abaixo da cota de soleira, e a localização dos equipamentos e das áreas que lhes sejam destinadas, bem como das áreas para espaços verdes e de utilização coletiva.

Planta com áreas de cedência para o domínio municipal.

Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis (Anexo XI.3).

Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta exista e estiver em vigor.

Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.

Planta com identificação dos percursos acessíveis, detalhes métricos, técnicos e construtivos e uma peça escrita descrevendo e justificando as soluções adotadas.

Estudo que demonstre a conformidade com o RGR, contendo informação acústica adequada relativa à situação atual e à decorrente da execução da operação urbanística.

Ficha de características da operação de loteamento.

Ficha de características dos lotes.

Plano de acessibilidades (Anexo III).

9.3.3 OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM ÁREA NÃO ABRANGIDA POR PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Requerimento

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Planta de localização à escala de 1:25 000, indicando o local da situação do terreno abrangido pela operação.

Extrato da carta da RAN abrangendo os solos que se pretende utilizar ou, quando não exista, parecer sobre a sua capacidade de uso emitido pelos serviços competentes para o efeito.

Extrato da carta da REN com a delimitação da área objeto da pretensão ou, quando esta não existir, parecer emitido pelos serviços competentes.

Projeto da operação de loteamento (Anexo IV).

Planta da situação existente, à escala de 1:1000 ou superior, correspondente ao estado e uso atual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação dos elementos ou valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública, incluindo os solos abrangidos pelos regimes da RAN e da REN e ainda as infra-estruturas existentes.

Planta de síntese, à escala de 1:1000 ou superior, indicando, nomeadamente, a modelação proposta para o terreno, a estrutura viária, as redes de abastecimento de água, de saneamento, de energia elétrica, de gás e de condutas destinadas à instalação de infra-estruturas de telecomunicações, a divisão em lotes e sua numeração, finalidade, áreas de implantação e de construção, número de fogos com especificação dos fogos destinados a habitações a custos controlados, quando previstos, o polígono de base para a implantação das edificações, devidamente cotado e referenciado, com indicação das cercas e do número de pisos acima e abaixo da cota de soleira, e a localização dos equipamentos e das áreas que lhes sejam destinadas, bem como das áreas para espaços verdes e de utilização coletiva.

Planta com áreas de cedência para o domínio municipal.

Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis (Anexo XI.3).

Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta exista e estiver em vigor.

Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.

Planta com identificação dos percursos acessíveis, detalhes métricos, técnicos e construtivos e uma peça escrita descrevendo e justificando as soluções adotadas.

Estudo que demonstre a conformidade com o RGR, contendo informação acústica adequada relativa à situação atual e à decorrente da execução da operação urbanística.

Plano de acessibilidades (Anexo III).

Ficha de características da operação de loteamento.

Ficha de características dos lotes.

9.3.4 OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM ÁREA ABRANGIDA POR PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Requerimento

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Planta à escala de 1:2500 ou superior e, quando existam planos municipais de ordenamento do território, Extratos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação e das respetivas plantas de condicionantes, com a indicação precisa do local onde se situa a obra objeto do pedido.

Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano diretor municipal, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Projetos das obras de urbanização que integram a obra (Anexo V).

Orçamento da obra, por especialidades e global, baseado em quantidades e qualidades dos trabalhos necessários à sua execução, devendo neles ser adotadas as normas europeias e as portuguesas em vigor ou as especificações do LNEC.

Condições técnicas gerais e especiais do caderno de encargos incluindo prazos para o início e para o termo da execução dos trabalhos.

Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta exista e estiver em vigor.

Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador de projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis (Anexo XI.3).

Contrato de urbanização, caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação.

Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.

Estudo que demonstre a conformidade com o RGR, contendo informação acústica adequada relativa à situação atual e à decorrente da execução da operação urbanística.

9.3.5 OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM ÁREA NÃO ABRANGIDA POR PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO TERRITÓRIO

Requerimento

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se situa a obra objeto do pedido.

Planta de localização e enquadramento à escala de 1:25 000, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Extrato da carta da RAN abrangendo os solos que se pretendem utilizar.

Extrato da carta da RENI com a delimitação da área objeto da pretensão.

Projetos das obras de urbanização que integram a obra (Anexo V).

Orçamento da obra, por especialidades e global, baseado em quantidades e qualidades dos trabalhos necessários à sua execução, devendo neles ser adotadas as normas europeias e as portuguesas em vigor ou as especificações do LNEC.

Condições técnicas gerais e especiais do caderno de encargos incluindo prazos para o início e para o termo da execução dos trabalhos.

Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta exista e estiver em vigor.

Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador de projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis (Anexo XI.3).

Contrato de urbanização, caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação.

Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.

Estudo que demonstre a conformidade com o RGR, contendo informação acústica adequada relativa à situação atual e à decorrente da execução da operação urbanística.

9.3.6 OBRAS DE EDIFICAÇÃO EM ÁREAS ABRANGIDAS POR PLANO DE PORMENOR, PLANO DE URBANIZAÇÃO OU PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Requerimento

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Extratos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigente.

Plantas de condicionantes.

Planta síntese do loteamento se existir.

Planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra.

Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano diretor municipal ou à escala de 1:25000, quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Projeto de arquitetura (Anexo VI).

Ficha de segurança contra incêndios, disponível no sítio da ANPC, para as utilizações -Tipo I a III e VI a XII, da 1ª categoria de risco (Anexo VIII).

Estimativa do custo da obra.

Calendarização da execução da obra.

Levantamento fotográfico (Anexo II).

Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor.

Projetos de especialidades caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação (Anexo VII).

Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador de projeto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis (Anexo XI.3).

Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.

Ficha de características de construção.

Plano de acessibilidades (Anexo III).

9.3.7 OBRAS DE EDIFICAÇÃO EM ÁREAS NÃO ABRANGIDAS POR PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Requerimento

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano diretor municipal ou à escala de 1:25000, quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação Projeto de arquitetura (Anexo VI).

Ficha de segurança contra incêndios, disponível no sítio da ANPC, para as Utilizações -Tipo I a III e VI a XII, da 1ª categoria de risco (Anexo VIII).

Projecto de arquitetura.

Estimativa do custo da obra.

Calendarização da execução da obra.

Levantamento fotográfico (Anexo II).

Projetos de especialidades caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação (Anexo VII).

Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador de projeto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis (Anexo XI.3)

Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.

Ficha de características de construção.

Plano de acessibilidades (Anexo III).

Planta de localização à escala de 1:2500 ou superior.

Extrato da carta da RAN abrangendo os solos que se pretendem utilizar.

Extrato da carta da REN com a delimitação da área objeto da pretensão.

9.3.8 OBRAS DE DEMOLIÇÃO

Requerimento

Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Termos de responsabilidade assinados pelo diretor de fiscalização de obra/ diretor de obra (Anexo XI.4).

No caso de existir plano diretor municipal, plano de urbanização ou de pormenor, anexar: Extratos das plantas de zonamento, ordenamento e implantação.

Planta síntese do loteamento, se existir.

Plantas de condicionantes.

Memória descritiva e justificativa esclarecendo devidamente a pretensão, descrevendo sumariamente o estado de conservação do imóvel com junção de elementos fotográficos, indicando os prazos em que se propõe iniciar e concluir a obra, as técnicas de demolição a utilizar, as quais são acompanhadas de peças escritas e desenhadas justificativas das mesmas, bem como o local de depósito dos entulhos.

Descrição da utilização futura do terreno, com junção do projeto de arquitetura da nova edificação se existir.

Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.

Plantas à escala de 1:2500, ou superior, com a indicação precisa do local onde se situa a obra objeto do pedido de demolição, dos elementos e valores naturais e construídos, servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor.

Ficha de características.

Declaração de titularidade de alvará emitido pelo InCI, I. P., com habilitações adequadas à natureza e valor da obra, a verificar através da consulta do portal do InCI, I. P., pela entidade licenciadora, no prazo previsto para a decisão.

9.3.9 TRABALHOS DE REMODELAÇÃO DE TERRENOS

Requerimento

Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Extratos das plantas de ordenamento dos planos municipais de ordenamento do território.

Extratos das plantas de zonamento dos planos municipais de ordenamento do território.

Extratos das plantas de implantação dos planos municipais de ordenamento do território.

Extratos das plantas de condicionantes.

Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano diretor municipal ou à escala de 1:25 000, quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Projeto de execução dos trabalhos.

Memória descritiva e justificativa esclarecendo devidamente a pretensão.

Estimativa do custo total dos trabalhos.

Calendarização da execução dos trabalhos.

Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor.

Projetos das obras de urbanização necessários à execução dos trabalhos (Anexo V).

Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador do projeto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis (Anexo XI.3).

Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.

Ficha de características.

9.3.10 TRABALHOS DE REMODELAÇÃO DE TERRENOS EM ÁREA NÃO ABRANGIDA POR PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Requerimento

Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Extratos das plantas de ordenamento dos planos municipais de ordenamento do território.

Extratos das plantas de zonamento dos planos municipais de ordenamento do território.

Extratos das plantas de implantação dos planos municipais de ordenamento do território.

Extratos das plantas de condicionantes.

Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano diretor municipal ou à escala de 1:25 000, quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Projeto de execução dos trabalhos.

Memória descritiva e justificativa esclarecendo devidamente a pretensão.

Estimativa do custo total dos trabalhos.

Calendarização da execução dos trabalhos.

Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor.

Projetos das obras de urbanização necessários à execução dos trabalhos (Anexo V).

Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador do projeto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis (Anexo XI.3).

Extrato da carta da RAN abrangendo os solos que se pretendem utilizar ou, quando esta não exista, parecer sobre a capacidade de uso, emitido pelos serviços competentes para o efeito.

Extrato da carta da REN com a delimitação da área objeto da pretensão ou, quando esta não existir, parecer emitido pelos serviços competentes.

Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.

Ficha de características.

9.4 PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

A autorização de utilização de edifícios ou suas frações autónomas destina-se a verificar a conformidade da obra concluída com o projeto aprovado e com as condições do licenciamento ou da comunicação prévia.

A autorização, quando não haja lugar à realização de obras ou quando se trate de alteração da utilização ou de autorização para arrendamento com fins não habitacionais de prédios ou frações não licenciados, destina-se a verificar a conformidade do uso previsto com as normas legais e regulamentares aplicáveis e a idoneidade do edifício ou sua fração autónoma para o fim pretendido.

A seguir enumeram-se os elementos que devem instruir os respetivos pedidos.

9.4.1 UTILIZAÇÃO DE EDIFÍCIO OU FRAÇÃO

Requerimento

Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Termo de responsabilidade subscrito pelo diretor de fiscalização de obra/diretor de obra, quando aplicável (Anexo XI.5).

Planta e corte do edifício ou da fração com identificação do respetivo prédio.

Telas finais, quando aplicável.

Cópia do alvará de licença ou autorização de utilização anterior, quando exista.

Planta de localização e enquadramento à escala 1:5000, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Projeto de arquitetura aprovado, no caso de obras licenciadas pela Câmara de Santo Tirso (CMST).

Levantamento fotográfico (Anexo II).

Certificado de inspeção da instalação de gás, emitido por entidade certificada.

Documento comprovativo da ligação à rede pública de abastecimento de água.

Documento comprovativo da ligação à rede pública de saneamento.

Certificado de exploração de instalação elétrica, emitido pela Associação Certificadora de Instalações Elétricas (Certiél).

Certificado de conformidade das infra-estruturas de telecomunicações, emitido por entidade certificada.

Certificado de conformidade das instalações eletromecânicas, emitido por entidade certificada.

Testes acústicos quando legalmente exigíveis, realizados por entidade certificada.

No âmbito do Sistema Certificação Energética de Edifícios (SCE) para Habitação e Comércio/ Serviços, apresentar os seguintes elementos:

TR (Termo de responsabilidade) do técnico responsável pela direção técnica da obra, indicando que a obra se encontra em conformidade com o projeto aprovado, ou com as alterações efetuadas e em conformidade com normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis;

TR do técnico responsável pela fiscalização técnica da obra, indicando que a obra se encontra em conformidade com o projeto aprovado, ou com as alterações efetuadas e em conformidade com normas legais e regulamentares que lhe são eventualmente aplicáveis, se aplicável;

Declaração ou outra prova de reconhecimento de capacidade profissional dos técnicos responsáveis mencionadas nas alíneas a) e b), emitida pela respetiva ordem profissional;

Certificado SCE, emitido por PQ.

No caso de Habitação apresentar, ainda, a Ficha resumo caracterizadora do edifício e da intervenção realizada, de acordo com o modelo Ficha n.º 2 (Anexo XI.11).

Livro de obra

Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;

Avaliação acústica.

Ficha de características de utilização.

No caso de se tratar de uma indústria anexar cópia do projeto aprovado pela entidade coordenadora.

No caso de se tratar de um edifício de lavagem de viaturas ou posto de abastecimentos de combustíveis anexar documento comprovativo do tratamento dos resíduos produzidos, incluindo lamas e hidrocarbonetos da unidade de tratamento, de acordo com a legislação em vigor.

9.4.2 ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE EDIFÍCIO OU FRAÇÃO

Requerimento

Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Termo de responsabilidade subscrito pelo diretor de fiscalização de obra/diretor de obra, quando aplicável (Anexo XI.5 ou Anexo XI.6).

Planta e corte do edifício ou da fração com identificação do respetivo prédio.

Telas finais, quando aplicável.

Cópia do alvará de licença ou autorização de utilização anterior, quando exista.

Extratos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigente.

Plantas de condicionantes dos planos municipais de ordenamento do território vigente.

Planta de localização à escala 1:5000, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Projeto de arquitetura aprovado, no caso de obras licenciadas pela CMST.

Levantamento fotográfico (Anexo II).

Certificado de inspeção da instalação de gás, emitido por entidade certificada.

Documento comprovativo da ligação à rede pública de abastecimento de água.

Documento comprovativo da ligação à rede pública de saneamento.

Certificado de exploração de instalação elétrica, emitido pela Certiel.

Certificado de conformidade das infra-estruturas de telecomunicações, emitido por entidade certificada.

Certificado de conformidade das instalações eletromecânicas, emitido por entidade certificada.

Testes acústicos quando legalmente exigíveis, realizados por entidade certificada.

No âmbito do Sistema de Certificação Energética de Edifícios (SCE):

TR (termo de responsabilidade do técnico responsável pela direção técnica da obra, indicando que a obra se encontra em conformidade com o projeto aprovado, ou com as alterações efetuadas e em conformidade com normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis;

TR do técnico responsável pela fiscalização técnica da obra, indicando que a obra se encontra em conformidade com o projeto aprovado, ou com as alterações efetuadas e em conformidade com normas legais e regulamentares que lhe são eventualmente aplicáveis, se aplicável;

Declaração ou outra prova de reconhecimento de capacidade profissional dos técnicos responsáveis mencionadas nas alíneas a) e b), emitida pela respetiva ordem profissional;

Certificado SCE, emitido por PQ;

No caso de habitação apresentar ainda a Ficha resumo caracterizadora do edifício e da intervenção realizada, de acordo com o modelo Ficha n.º 2 (anexo XI.11).

Livro de obra

Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;

Avaliação acústica.

Ficha de características de utilização.

No caso de se tratar de uma indústria anexar cópia do projeto aprovado pela entidade coordenadora.

No caso de se tratar de um edifício de lavagem de viaturas ou posto de abastecimentos de combustíveis anexar documento comprovativo do tratamento dos resíduos produzidos, incluindo lamas e hidrocarbonetos da unidade de tratamento, celebrado com empresa certificada para o efeito, de acordo com a legislação em vigor.

9.5 REGULARIZAÇÃO DE LICENCIAMENTO OU COMUNICAÇÃO PRÉVIA E AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO

Nos termos de despacho de 16/09/2013 a regularização com licenciamento ou comunicação prévia de obras e autorização de utilização de obras já executadas, admitindo-se desproporcionado a exigência de elementos reportados à própria execução da obra (Declaração de titularidade do alvará emitido pelo InCI, I.P.; Apólice de seguro; termo de responsabilidade subscrito pelo técnico responsável pela direção da obra, livro de obra e plano de segurança e saúde), estes pedidos serão instruídos com os seguintes elementos:

Requerimento próprio, a fornecer pelos serviços devidamente preenchido.

Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Planta de localização e enquadramento à escala 1/25000, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Extrato da planta de ordenamento, zonamento ou de implantação do PMOT vigente, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Planta de condicionantes do PMOT vigente, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação

Planta de síntese do loteamento, se existir.

Levantamento fotográfico constituído por 4 fotografias a cores, suficientemente esclarecedoras do prédio, do seu enquadramento e das suas confrontações e relações, quer com a via pública, quer com os prédios vizinhos, bem como de todas as construções existentes no prédio, quando for o caso.

Levantamento topográfico, acompanhado da cópia de certificado de aptidão profissional.

Projeto de arquitetura.

Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, elaborado de acordo com o previsto na Portaria n.º 232/2008 de 11 de Março, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis acompanhados de documento comprovativo de inscrição válida em organismo profissional (anexo IX.6).

Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador dos projetos, elaborado de acordo com o previsto na Portaria n.º 232/2008 de 11 de Março, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis acompanhados de documento comprovativo de inscrição válida em organismo profissional.

Projetos de especialidades que por lei sejam necessários, podendo estes ser dispensáveis desde que sejam apresentados os termos de responsabilidade, subscritos por técnico habilitado para o efeito, em como a obra foi realizada e se encontra em conformidade com a legislação em vigor (anexo XI.8).

Ficha de segurança contra incêndios disponível no sítio da ANPC para as utilizações-tipo I a III e VI a XII da 1.ª categoria de risco.

Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística realizada, bem como da sua conclusão.

Ficha de características de construção.

Base digital, em CD, do levantamento topográfico e planta de implantação elaborada nos termos do regulamento municipal.

Cópia da fatura da Trofáguas (a reconhecer pelo funcionário municipal mediante exibição do original) ou declaração de esvaziamento da fossa subscrita pelo requerente, quando no local não existir rede pública de drenagem de águas residuais.

Cópia da fatura da Indáqua (reconhecida pelos Serviços através da exibição do original).

Certificado de inspeção da instalação da rede de gás, emitido por entidade certificada ou termo de responsabilidade subscrito por técnico habilitado para a instalação da rede.

Certificado de exploração da rede elétrica, emitido pela Certiel ou cópia da fatura da EDP (a reconhecer pelo funcionário municipal, mediante exibição do original).

Certificado de conformidade das infra-estruturas de telecomunicações, emitido pela PT Comunicações ou cópia da fatura da PT, Zon, Otimus, Vodafone, ou qualquer outra entidade prestadora deste serviço (a reconhecer pelo funcionário municipal, mediante exibição do original).

Certificado de conformidade das instalações eletromecânicas emitido por entidade certificada, se for o caso.

Testes acústicos, quando legalmente exigíveis realizados por entidade certificada.

Fichas das características da utilização.

9.6 LEGALIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS

Nos termos do art.º 10º do RMUE a instrução em procedimentos de legalização deve ter em consideração os seguintes itens:

1 — Quando a legalização de edifícios, que se conformem com o Plano Diretor Municipal da Trofa, se traduza na manutenção integral da situação existente ou na introdução de alterações isentas de controlo prévio, dispensa-se a apresentação dos seguintes documentos:

- Estimativa do custo total da obra;
- Calendarização da execução da obra;
- Apólice de seguro de construção e apólice do seguro que cubra a responsabilidade de danos emergentes de acidentes de trabalho;
- Termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização da obra;
- Termo de responsabilidade assinado pelo diretor da obra;
- Declaração de titularidade do alvará de empreiteiro;
- Livro de obra;
- Projeto de estabilidade;
- Projeto de drenagem de águas pluviais;
- Projeto acústico;
- Estudo de comportamento térmico.

2 — Nas situações previstas no número anterior, e no que se refere aos projetos das especialidades necessários ao licenciamento ou admissão de comunicação prévia da obra, desde que o requerente faça prova, através de recibos atualizados, de que a edificação se encontra devidamente ligada às referidas redes e infraestruturas, poderão ser dispensados os projetos abaixo indicados:

- Redes prediais de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;
- Instalação de infraestruturas de telecomunicações;
- Alimentação e distribuição de energia elétrica.

3 — Nas situações em que a edificação se encontre nas condições referidas no n.º 1 do presente artigo, o processo terá de ser instruído com Termo de responsabilidade pela segurança e solidez da obra, subscrito por técnico devidamente habilitado para o efeito, cuja minuta consta das presentes Normas, para além dos elementos indicados no artigo 9.º do presente regulamento e consideradas as dispensas previstas no presente artigo.

9.7 INSTRUÇÃO DE PEDIDOS DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS EM LOTEAMENTOS ANTIGOS

Nos termos do art.º 11º do RMUE, Os pedidos para realização de operações urbanísticas em área abrangida por operação de loteamento cujo alvará não tenha as especificações referidas na alínea e) do n.º 1 do artigo 77.º do RJUE seguem o procedimento de licenciamento.

9.8 INSTRUÇÃO DE PEDIDOS DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS OU FRAÇÕES ANTIGAS

Trata-se da aplicação do regime excecional e temporário aplicável (por sete anos) à reabilitação de edifícios ou frações destinados à habitação (em que mais de 50% do edifício da sua área se destina a habitação e a usos complementares), cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, consagrado pelo D.L. n.º 53/2014 de 8 de Abril.

São operações de reabilitação as seguintes operações urbanísticas:

Obras de conservação;

Obras de alteração;

Obras de reconstrução;

Obras de construção ou de ampliação, na medida em que sejam condicionadas por circunstâncias preexistentes que impossibilitem o cumprimento da legislação técnica aplicável, desde que não ultrapassem os alinhamentos e a cêrcea superior das edificações confinantes mais elevadas e não agravem as condições de salubridade ou segurança de outras edificações.

Alterações de utilização.

O presente procedimento dispensa os seguintes requisitos:

• Art.º 3º - Aplicação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951: artigos 45º a 52º, 59º a 70º, do art. do artigo 71.º sem prejuízo da existência de, pelo menos, um vão em cada compartimento de habitação, e dos artigos 72.º, 73.º, 75.º a 80.º, 84.º a 88.º e 97.º;

• Art.º 4º - Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto;

• Art.º 5º - Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 96/2008, de 9 de Junho;

• Art.º 6º - Cumprimento do seguinte:

1- Dos requisitos mínimos de eficiência energética e qualidade térmica, nas situações em que existam incompatibilidades de ordem técnica, funcional ou de valor arquitetónico, desde que justificadas mediante termo de responsabilidade subscrito pelo técnico autor do projeto.

2- Cumprimento dos requisitos mínimos de qualidade térmica quando existam incompatibilidades de viabilidade económica, desde que justificadas mediante termo de responsabilidade subscrito pelo técnico autor do projeto.

3 — Das exigências legais de instalação de sistemas solares térmicos para aquecimento de água sanitária, assim como o recurso a formas alternativas e renováveis de energia, podem ser dispensadas quando existam incompatibilidades de ordem técnica, funcional, de viabilidade económica ou de valor arquitetónico, desde que justificadas mediante termo de responsabilidade subscrito pelo técnico autor do projeto.

4 — O termo de responsabilidade subscrito pelo técnico autor do projeto, nos termos dos números anteriores, deve:

a) Indicar quais as normas legais ou regulamentares em vigor que o projeto não observa; e

b) Fundamentar a não observância dessas normas.

• Artigo 7.º - **Instalações de gás em edifícios:** Não é obrigatória a instalação de redes de gás, nem a apresentação do respetivo projeto, relativamente aos edifícios abrangidos pelo âmbito de aplicação do presente decreto-lei, quando não esteja prevista a sua utilização e desde que esteja prevista outra fonte energética.

• Artigo 8.º - **Infraestruturas de telecomunicações em edifícios:**

1 — Nos edifícios abrangidos pelo âmbito de aplicação do presente decreto-lei apenas é obrigatória a instalação das seguintes infra- estruturas de telecomunicações:

a) Espaços para as tubagens da coluna montante do edifício;

b) As redes de tubagem necessárias para a eventual instalação posterior de diversos equipamentos, cabos e outros dispositivos;

c) Passagem aérea de topo e entrada de cabos subterrânea;

d) Sistemas de cablagem em pares de cobre, cabo coaxial, para distribuição de sinais sonoros e televisivos do tipo A e em fibra ótica.

2 — As tubagens referidas no número anterior devem garantir a ligação das redes e infraestruturas públicas de comunicações do exterior do edifício até ao interior do mesmo e, no caso das infraestruturas previstas nas alíneas b) e d), a uma das divisões secas de maior dimensão de cada fração.

3 — O incumprimento do disposto no presente artigo configura a não instalação de infraestruturas obrigatórias, constituindo contraordenação muito grave sancionável nos termos da alínea a) do n.º 3 e nos n.os 10 a 14 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25 de setembro, e pela Lei n.º 47/2013, de 10 de julho.

• Artigo 9.º **Salvaguarda estrutural:** As intervenções em edifícios existentes não podem diminuir as condições de segurança e de salubridade da edificação nem a segurança estrutural e sísmica do edifício.

9.9 OUTROS TIPOS DE PEDIDOS

Poderão ser solicitados outros tipos de pedidos em requerimento dirigido ao Exm.º Senhor Presidente da Câmara Municipal, acompanhado pelos elementos instrutórios fixados pela legislação específica referente ao tipo de operação urbanística a levar a efeito e de acordo com as instruções dos modelos de requerimentos disponibilizados pelo Município em função do tipo de operação urbanística.

De seguida enumeram-se os elementos que devem conter outros tipos de pedidos mais usuais.

9.9.1 INSTALAÇÃO DE ARMAZENAGEM DE COMBUSTÍVEIS

Requerimento elaborado de acordo com o previsto na Portaria nº1188/2003, de 10 de Outubro, alterada pela Portaria nº 1515/2007, de 30 de Novembro.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito (no caso de sociedade certidão de constituição da mesma onde conste quem a representa).

Levantamento fotográfico (Anexo II).

Plantas Extrato do PDM.

Planta de localização à escala 1:5000 ou superior, mostrando a localização da instalação.

Projeto da instalação (Anexo IX).

Projetos de especialidades, quando aplicável (Anexo VII).

Estimativa do Custo Total da Obra.

Calendarização de execução da obra.

Comprovativo do seguro de responsabilidade civil do projetista, cf.nº.6 do art.º13º do D.L. 267/2002 e Despacho nº. 6693/2004 (2ª. Série) de 2 de Abril, no montante mínimo de € 250 000.

Documento comprovativo da inscrição do projetista na Direção Geral de Energia (DGE).

Pareceres condicionantes, quando aplicável, de acordo com artº.11º do D.L.267/2002.

Projeto de segurança contra risco de incêndio para consulta à ANPC.

Disquete/CD com a georreferenciação do local da obra.

Quadro com as características da obra.

Comprovativo do seguro de responsabilidade civil do responsável da instalação, que cubra os riscos da respetiva atividade, em montante a definir pela entidade licenciadora.

No caso de a instalação prever obras abrangidas pelo RJUE, deverá apresentar, juntamente com o pedido de emissão de alvará de construção:

- Termo de responsabilidade subscrito pelo diretor de fiscalização de obra/diretor de obra
- Declaração de titularidade de alvará emitido pelo InCI, I. P., com habilitações adequadas à natureza e valor da obra, ou título de registo emitido por aquela entidade, com subcategorias adequadas aos trabalhos a executar, a verificar através da consulta do portal do InCI, I. P., pela entidade licenciadora, no prazo previsto para a rejeição da comunicação prévia
- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro

9.9.2 INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SUPORTE DAS ESTAÇÕES DE RADIOCOMUNICAÇÕES E RESPECTIVOS ACESSÓRIOS

Requerimento dirigido ao Exm^o. Senhor Presidente da Câmara, instruído com identificação do titular, identificação do título emitido pelo ICP-ANACOM, quando existente, nos termos do DL n.º 11/2003, de 19 de Janeiro.

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo comercial referente à empresa.

Bilhete de identidade e número de contribuinte dos responsáveis pela empresa.

Identificação do título emitido pelo ICP – ANACOM, quando existente, nos termos do DL n.º 151-A/2000, de 20 de Julho.

Bilhete de identidade e número de contribuinte do técnico responsável pela instalação.

Cópia do documento de que conste a autorização expressa dos proprietários dos terrenos para a instalação das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respetivos acessórios.

No caso de se tratar da instalação de estações em edificações, deve ainda anexar cópia do documento de que conste a autorização expressa para a instalação do proprietário ou dos condóminos, nos termos da lei aplicável.

No caso de se tratar da instalação de estações em edificações, deve anexar estudo justificativo da estabilidade das edificações sob o ponto de vista estrutural e da fixação das infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações ao edifício.

Declaração emitida pelo operador que garanta a conformidade da instalação em causa com os níveis de referência da radiação aplicáveis, de acordo com normativos nacionais ou internacionais em vigor.

Projeto da instalação de infra-estrutura de suporte da estação de radiocomunicações (Anexo X).

Projeto de especialidades (Anexo VII).

Projeto de segurança contra o risco de incêndio para consulta à ANPC.

9.9.3 OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA E RESGUARDO DE OBRAS

Requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, mencionando a área a ocupar, o número de pisos, natureza da ocupação, com indicação dos materiais, equipamentos e estruturas de apoio, e o prazo pretendido.

Declaração do requerente responsabilizando-se pelos danos causados na via pública, em equipamentos públicos ou respetivos utentes, que poderá, a solicitação dos serviços municipais competentes, ser garantida por caução.

Planta de localização e enquadramento à escala 1:5000, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Esquema de implantação da ocupação solicitada e do estaleiro, quando necessário, mencionando expressamente a localização das instalações de apoio, máquinas, aparelhos elevatórios e contentores para recolha de materiais.

Nota: O plano de ocupação da via pública, mencionará obrigatoriamente as características do espaço público adjacente, bem como a localização de sinalização, candeeiros de iluminação pública, bocas ou sistemas de rega, marcos de incêndios, sarjetas, sumidouros, árvores ou quaisquer outras instalações fixas de utilidade pública.

9.10 CERTIDÕES

Para instrução dos tipos de certidões mais usuais enumeram-se a seguir os elementos que devem instruir o respetivo pedido.

9.10.1 PROPRIEDADE HORIZONTAL

Caso o interessado não tenha ainda requerido a certificação pela câmara municipal de que o edifício satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de propriedade horizontal, tal pedido pode integrar o requerimento de autorização de utilização. Para tal deve ter-se em consideração o estipulado no art.º 22.º ao n.º 24º do RMUE.

Requerimento

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Ficha de características de utilização.

Título de propriedade horizontal, com descrição sumaria do prédio, área total do terreno, área de implantação da construção e a indicação do número de frações autónomas, designadas por letras maiúsculas. Para cada fração autónoma deve discriminar-se o número de polícia pelo qual se processa o seu acesso, o uso, o andar, localização de Esquerdo (E), ou Direito (D), a designação das divisões, incluindo varandas, garagens e arrumos, indicação das respetivas áreas e da percentagem ou permilagem da fração relativamente ao valor do prédio. Deverá ainda conter a indicação das zonas comuns, com a sua afetação a determinada(s) fração(ões) e das zonas comuns, bem como a indicação das áreas de uso público, com a descrição das zonas, nomeadamente a área e o fim a que se destinam.

Planta de localização e enquadramento à escala 1:5000, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Plantas à escala de 1:100, com a designação de todas as frações autónomas pela letra maiúscula respetiva e com delimitação a cores de cada fração, zonas comuns e de uso público.

9.10.2 DESTAQUE DE PARCELA

Os atos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio, estão isentos de licença desde que se verifiquem determinados requisitos.

A certidão emitida pela Câmara Municipal comprovativa da verificação desses requisitos, constitui documento bastante para efeitos de registo predial da parcela destacada.

Requerimento

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Caderneta da descrição matricial emitida pelos Serviços de Finanças da Trofa.

Planta de ordenamento do PDM com o local devidamente assinalado.

Planta à escala 1/500, ou superior, com as parcelas devidamente assinaladas e cotadas.

Memória descritiva e justificativa da pretensão, com indicação das áreas e confrontações da parcela a destacar e da parcela sobrança (estes dados poderão constar da planta referida no ponto anterior).

Nota: Caso exista licenciamento, comunicação prévia, ou pedido de informação prévia aprovados para algumas das parcelas, tal deve ser referido.

10 ANEXOS

10.1 ANEXO I – CONSULTA ÀS ENTIDADES EM RAZÃO DE LOCALIZAÇÃO

NOTA: Este anexo é da competência da CCDR-N, tendo sido remetido por esta entidade à Câmara Municipal para os efeitos referidos.

10.2 ANEXO I.1 – ÂMBITO DAS CONSULTAS

10.2.1 1. Identificação das entidades:

Considera-se que a identificação das entidades a consultar continua a ser da responsabilidade das Câmaras Municipais, na figura específica do gestor de procedimento.

Assim, o disposto no n.º 2 do artigo 13.º prevalece sobre o disposto no n.º 2 do artigo 13.º-A, devendo este ser interpretado à luz dos procedimentos automáticos de instrução do processo e não como duplicação da tarefa de identificação das entidades a consultar entre Câmaras Municipais e CCDR nem tão pouco enquanto norma passível de responsabilizar a CCDR por lapsos que se venham a reconhecer.

10.2.2 2. Âmbito das consultas:

Estipula o Artigo 13.º - A do RJUE:

Parecer, aprovação ou autorização de localização

1 - A consulta de entidades da administração central, direta ou indireta, que se devam pronunciar sobre a operação urbanística em razão da localização é efetuada através de uma única entidade coordenadora, a CCDR territorialmente competente, a qual emite uma decisão global e vinculativa de toda a administração.

Esclarece-se assim que apenas deverão ser remetidas para consulta a esta CCDR, as operações urbanísticas que impliquem a consulta de entidades da administração, direta ou indireta em razão da localização, por exemplo por se situarem em zona afetada por uma qualquer servidão ou restrição em vigor. As consultas que resultem do tipo específico de projeto, ou do uso que lhe esteja associado ou previsto devem continuar a ser efetuadas nos termos da legislação específica aplicável.

Exemplificando:

- Devem ser remetidas para consulta através da CCDR no âmbito dos procedimentos definidos no artigo 13.º-A do RJUE apenas as operações urbanísticas que, por se localizarem em área abrangida por servidão ou restrição legal em vigor, careçam de parecer de administração central, direta ou indireta, nomeadamente as que, isolada ou cumulativamente, sejam afetadas por:

- Zona de proteção a imóveis classificados;
- Zona de proteção a imóveis específicos (por exemplo hospitais, cadeias, etc.);
- Zona de proteção a estradas nacionais ou do PRN2000;
- Zonas abrangidas por servidões de linhas de caminho-de-ferro (não se incluem as abrangidas por Medidas Preventivas estabelecidas pelo Decreto n.º 7/2008, de 27 de Março – ver ponto seguinte);
- Domínio hídrico – margens de cursos de água, leito de cheias, etc.
- Áreas sujeitas a medidas preventivas que estabeleçam a obrigatoriedade de consulta a entidades da Administração Central;
- ...

- Não devem ser remetidas para consulta através da CCDR no âmbito dos procedimentos definidos no artigo 13.º-A do RJUE operações urbanísticas que devam ser sujeitas a parecer de 2 entidades da administração central por motivo do projeto/uso previsto, por exemplo:

- Por incluírem conjuntos comerciais abrangidos pela Lei 12/2004, alterado pelo DL n.º 21/2009 de 19 de janeiro;
- Por incluírem operações urbanísticas sujeitas a parecer do ANPC
- Por incluírem atividades desportivas sujeitas a parecer do IND;
- Por incluírem espaços destinados a cinema ou teatro, sujeitos a parecer da D.G. de Espetáculos;
- Por se localizarem em área sujeita a medidas preventivas para a ligação ferroviária de alta velocidade do eixo Lisboa - Porto estabelecidas pelo Decreto n.º 7/2008, de 27 Março, que nos termos do n.º 3 do Artigo 1º estabelece que o requerimento de parecer é apresentado à REFER, E.P. diretamente pelo interessado ou pela entidade a quem se encontram atribuídos os poderes para licenciar ou autorizar o ato ou atividade em causa;
- Por se localizarem em RAN, salvo se a consulta estiver expressamente prevista em PMOT aplicável, cabendo ao requerente a obtenção prévia das autorizações necessárias previstas na legislação específica aplicável (DL n.º 196/89 de 14 de Junho de 1989, com alterações introduzidas pelo DL n.º 274/92 de 12 de Dezembro).

1 - Não invalida que a CCDR seja consultada, se a legislação específica o impuser, não no âmbito do artigo 13.º-A, mas sim no da legislação específica ou, nas situações referidas no n.º 1 do Artigo 37.º, pelo próprio requerente.

2 - Não invalida que a CCDR seja consultada, se a legislação específica o impuser, mas não no âmbito dos artigos citados, mas sim no da legislação específica ou, nas situações referidas no n.º 1 do Artigo 37.º, pelo próprio requerente.

Nestas situações, com exceção da última, em que a obtenção de autorização cabe ao requerente, as consultas devem ser efetuadas diretamente às entidades a consultar, nos termos do Artigo 13.º do RJUE.

3 - Elementos a remeter:

a. As consultas devem ser remetidas, após o saneamento e apreciação liminar, previstos no artigo 11.º, acompanhadas de cópia do requerimento apresentado na Câmara Municipal e instruídas com todos os elementos exigíveis, nos termos da Portaria 232/2008 de 11 de Março, para a operação urbanística em causa.

b. Atento o disposto no artigo 11.º, compete à Câmara Municipal a verificação da instrução e a solicitação de elementos adicionais indispensáveis. Nem o art.º 13.º-A, nem nenhuma outra disposição legal aplicável supletivamente, conferem às CCDR ou a qualquer entidade que tenha de emitir parecer a possibilidade de requerer elementos adicionais. Contudo, considera-se que a deficiente instrução constitui fundamento válido para uma pronúncia desfavorável por parte de qualquer uma dessas entidades.

c. Caso se trate de consulta relativa a operação urbanística sujeita a Comunicação Prévia, e caso seja usada a tramitação em papel, não deverão ser remetidas cópias dos projetos de especialidades, salvo se solicitado.

10.3 ANEXO I.2 – PROCEDIMENTOS PARA CONSULTA EM PAPEL

Até à entrada em funcionamento do sistema informático previsto no Artigo 8.º-A, o Artigo 13.º do RJUE, estipula que os procedimentos podem recorrer à tramitação em papel.

Nestes termos, os pedidos de parecer em razão da localização, ao abrigo do Artigo 13.º - A devem ser formalizados por ofício de remessa da consulta, dirigido à CCDR-N, na Rua Rainha D. Estefânia, 251, 4150-304 Porto.

O ofício deve ser acompanhado do pedido de licenciamento/comunicação prévia, composto de cópia do requerimento e demais elementos previstos na Portaria 232/2008 de 11 de Março, em número de exemplares igual ao do total de entidades a consultar + 1.

No ofício de remessa devem constar os seguintes elementos de caracterização do pedido:

1. Informações do Município:

Município de:

N.º do Proc.º na C. M.:

N.º do Requerimento:

2. Gestor do Procedimento:

Nome:

Cat. profissional:

Morada para remessa de elementos:

(caso não seja a da Câmara Municipal)

Telefone de contacto

E-mail de contacto:

3. Identificação da pretensão:

Requerente:

Morada:

Lugar:

Rua / N.º:

Distrito:

Concelho:

Freguesia:

Coordenadas do Centróide:

No Sistema Hayford-Gauss, Datum 73

- Apenas na tramitação em papel

4. Caracterização do procedimento:

Objeto da Pretensão:

Tipo de Obra (art.º 2.º RJUE):

Procedimento:

5. Identificação das entidades a consultar:

O ofício a solicitar a consulta deve explicitar qual o âmbito da consulta, indicando todas as entidades a consultar e referindo para cada uma o diploma legal que obriga à realização da mesma, ou o ato administrativo que a constituiu.

10.4 ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DIPLOMA / ACTO ADMINISTRATIVO

- a. Agência Portuguesa do Ambiente (APA - ARH Norte)
- b. Administração Regional de Saúde, I. P.
- c. Autoridade Nacional de Protecção Civil
- d. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
- e. Direção Geral de Infraestruturas (DGIE) / Ministério de Defesa Nacional (MDN)
- f. Direção Regional da Economia
- g. Direção Regional de Agricultura e Pescas
- h. Direção Regional de Cultura
- i. Direção Regional de Educação
- j. Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
- k. Direcção-Geral de Energia e Geologia
- l. Direcção-Geral do Ensino Superior
- m. Direcção-Geral dos Recursos Florestais
- n. EP - Estradas de Portugal, E. P. E.
- o. ICP - Autoridade Nacional de Comunicações
- p. Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.
- q. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.
- r. Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.
- s. Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.
- t. Instituto de Infraestruturas Rodoviárias, I. P.
- u. Instituto do Desporto de Portugal, I. P.
- v. Instituto Geográfico Português
- w. Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.
- x. Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.

P.20.01

Alterações à edição anterior: Não aplicável. Primeira edição do documento.

Nota: Este documento é válido somente na sua versão eletrónica publicada na *Intranet*. Caso esteja a lê-lo em papel, deve assegurar-se que a versão de que dispõe corresponde à disponível na *Intranet*.

- y. Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P.
aa. Polícia de Segurança Pública ou Guarda Nacional Republicana
ab. REFER - Rede Ferroviária Nacional, E. P. E.
ac. Turismo de Portugal, I. P.

10.5 ANEXO I.3 – PROCEDIMENTO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS EM FORMATO DIGITAL

Complementarmente aos dados de caracterização do procedimento referidos no anexo II, e não constando das Portarias acima referidas qualquer disposição relativa à forma de apresentação dos projetos por via informática, definem-se seguidamente as regras e formatos a adotar que permitirão, de facto, uma tramitação com ferramentas comuns e gratuitas, assegurando uma operacionalidade, segurança e simplificação que permitam atingir os objetivos de uma maior eficiência, maior rigor e prazos mais curtos.

Deste modo, e sem prejuízo dos procedimentos e outras disposições a estabelecer no âmbito da implementação da plataforma informática prevista no Artigo 8.º - A do RJUE, as regras a adotar na apresentação de projetos em formato digital, e consequentemente para a sua tramitação informática para solicitação das consultas previstas no Artigo 13.º - A do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação serão as seguintes nos termos do art.º 9º do RMUE:

Instrução de processos

- 1 — Os pedidos de informação prévia, licença administrativa, comunicação prévia e autorização de utilização devem ser efetuados em termos claros e precisos, identificando o tipo de operação urbanística a realizar por referência ao artigo 2.º do RJUE, bem como a sua respetiva localização.
- 2 — O pedido ou comunicação é acompanhado dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, para além dos documentos referidos noutras legislações específicas.
- 3 — Os procedimentos relativos às operações urbanísticas obedecem ao disposto no artigo 9.º do RJUE, sendo que enquanto o sistema informático previsto não se encontrar em funcionamento ou nas situações da sua inoperacionalidade, o interessado deverá instruir o processo com um original em papel, acrescido de um número de cópias igual ao número de entidades externas a consultar.
- 4 — Formato dos ficheiros a apresentar. Os projetos a remeter para consulta deverão ser apresentados em ficheiros informáticos nos seguintes formatos:
 - Formato DWFx — para peças desenhadas do(s) projeto(s);
 - Formato PDF — para peças escritas;
 - Formato vetorial (dwg) — para a planta de implantação, telas finais e levantamento topográfico, georreferenciada no sistema cartográfico DATUM planimétrico: Datum 73 e em que se identifique a(s) parcela(s) da(s) pretensão(ões) numa layer autónoma.

I — Organização e formato dos ficheiros no CD

No CD, os projetos terão sempre que conter:

- 1 ficheiro vetorial para o levantamento topográfico (DWG);
- 1 ficheiro vetorial para a planta de implantação sobreposta ao levantamento topográfico (DWG);
- 1 ficheiro DWFx para cada uma das peças desenhadas;
- 1 ficheiro PDF para cada uma das peças escritas por tipo de documento;



LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

PLANTA DE IMPLANTAÇÃO



PEÇAS DESENHADAS

PEÇAS ESCRITAS (1 FICHEIRO POR TIPO DE DOCUMENTO)



PEÇAS DESENHADAS

PEÇAS ESCRITAS (1 FICHEIRO POR TIPO DE DOCUMENTO)

II — CARACTERÍSTICAS DOS FICHEIROS

O suporte digital deverá conter um ficheiro em formato PDF com o índice de todos os documentos entregues;

A substituição de elementos por parte do autor deverá consistir na entrega de um conjunto de novos ficheiros com a totalidade do projeto ou processo, identificando no índice todas as peças alteradas;

Os nomes dos ficheiros deverão respeitar as PRESENTES indicações, com a codificação das respetivas designações;

A responsabilidade pela preparação do ficheiro é inteiramente do autor;

A Câmara Municipal da Trofa não poderá fazer nenhuma alteração a este ficheiro, para que, em qualquer momento, possa certificar a autenticidade do mesmo. A informação contida nos ficheiros DWFX ou PDF será validada por assinatura digital qualificada quando a tecnologia o permitir. Após a receção da informação em formato digital, a mesma será de imediato inserida no sistema informático e associadas as peças desenhadas e escritas ao registo do processo e requerimento interno;

Todas as folhas contidas no ficheiro DWFX deverão ser criadas com o formato/dimensão igual ao de impressão. (Por exemplo, um desenho que seria impresso em A1 deverá passar a DWFX com o mesmo formato);

A unidade deverá ser sempre o metro;

Os desenhos deverão ser apresentados com a relação “uma unidade/ um metro”;

Deverá o autor configurar a impressão para que a componente vetorial do ficheiro tenha DPI suficiente para garantir esta precisão;

Todas as folhas criadas a partir de aplicações CAD deverão permitir a identificação e controle da visibilidade e dos layers.

5 — Os levantamentos topográficos e planta de implantação terão de respeitar os seguintes itens:

Sistema de coordenadas DATUM Planimétrico: Datum 73. Todas as peças desenhadas terão de estar obrigatoriamente referenciadas em planimetria e altimetria ao sistema de referência oficial;

O ficheiro digital (vetorial) será entregue em qualquer um dos formatos DWG. Os "layers" ou níveis de desenho terão de ser conformes ao catálogo de objetos das disposições sobre georreferenciação nos termos da Rede de Apoio Topográfico Municipal do Concelho da Trofa;

Os levantamentos topográficos devem conter, a implantação dos seguintes elementos:

I — Definição dos arruamentos com arranques mínimos de 50 metros para cada um dos lados do terreno;

II — Nos casos de desníveis acentuados entre o terreno em estudo e o terreno confrontante, têm de estar cotados os desníveis do terreno natural em ambos os lados;

III — Definição das empenas das construções confrontantes voltadas para o terreno e respetivas cotas;

IV — Pontos cotados e curvas de nível 3D com equidistância máxima de 0,5 metros;

V — Cotas no topo dos muros confrontantes, em layer próprio;

VI — Planta de implantação sobreposta com o levantamento topográfico devidamente georreferenciado e com delimitação da área da pretensão definida por um polígono fechado em layer próprio;

O desenho vetorial deverá vir estruturado de tal forma que, as suas cores e níveis de informação permitam uma simples leitura e interpretação do desenho para a escala 1:500 ou superior;

6 — Termo de responsabilidade do ficheiro digital:

Não estando os ficheiros digitais assinados digitalmente, terá de constar, no conjunto dos elementos complementares de instrução do projeto, um termo de responsabilidade pela autoria e estrutura dos ficheiros digitais.

7 — Instrução dos pedidos e comunicações:

A instrução dos pedidos e comunicações deve ser feita preferencialmente em impresso próprio, disponível na Divisão de Obras Particulares ou no sítio da Internet do Município e acompanhada dos documentos referidos nas presentes Normas e Rede de Apoio Topográfico Municipal do Concelho da Trofa.

III. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O nome do(s) ficheiro(s) deverá(ão) referir-se à designação do Projeto ou uma referência ao Processo. Além disso deverá incluir sempre um número de Versão.

A responsabilidade pela preparação do ficheiro é inteiramente de quem o cria e possui os originais digitais, sejam textos ou desenhos. A CCDR ou entidades consultadas nunca poderá fazer alteração a este ficheiro para que em qualquer momento se possa certificar a autenticidade do ficheiro. A informação contida nos ficheiros DWF ou PDF será validada por assinatura digital qualificada.

Todas as folhas contidas no ficheiro DWF deverão ser criadas com o formato/dimensão igual ao de impressão. Por exemplo, um desenho que seria impresso em A1 deverá passar a DWF com o mesmo formato.

O mínimo exigível em termos de unidades medíveis num desenho em DWF é o milímetro. Deverá o autor configurar a impressão de forma a que a componente vetorial do ficheiro tenha DPI suficiente para garantir esta precisão.

Todas as folhas criadas a partir de aplicações CAD deverão permitir a identificação e controle da visibilidade dos layers.

A última folha deverá conter a listagem de todos os nomes de layers e respetivas descrições.

Os layers, independentemente dos nomes, terão que permitir separar os seguintes elementos do desenho: paredes, portas e janelas, tramas ou grisés, elementos decorativos ou mobiliário, arranjos exteriores, legenda e esquadria, cotas, texto relativo a áreas, texto relativo à identificação dos espaços, quadros e mapas, imagens (como orto fotos). Qualquer uma destas categorias tem que estar contida num layer isolado.

O ficheiro no formato SHP com o polígono georreferenciado no Sistema Hayford-Gauss, Datum 73, que delimita a(s) parcela(s) da(s) pretensão(ões), deve ser sempre apresentado, conjuntamente com o projeto em formato DWF.

Nota importante: Os ficheiros DWF apenas poderão ser aceites se cumprirem com todas as especificações aqui apresentadas. Ficheiros que não cumpram deverão ser recusados e substituídos.

Fundamentos técnicos para a adoção do formato DWF:

“O formato DWF, sendo um standard de facto baseado em XML, cativou amplamente a preferência das organizações que necessitam utilizar e distribuir informação de CAD e de SIG de uma forma compacta e protegida, sem necessitar investir no software de criação, visualização e exploração dos conteúdos digitais.”

- O formato DWF é uma versão muito mais ligeira do que os desenhos DWG ou PDF.
- Um DWF pode conter várias folhas de desenhos e textos à semelhança de um PDF. É portanto um formato multidocumento.
- O conteúdo do DWF não pode ser editado, sendo por isso seguro. O seu nível de segurança é superior ao do papel.
- Utilizando ferramentas como o “Design Review” da Autodesk é possível medir comprimentos, perímetros e áreas de um DWF sem ser necessário instalar outro software em postos que apenas consultam e imprimem desenhos.
- Enviando um DWF não é preciso enviar o ficheiro de canetas (CTB) associado ao desenho para que este possa ser impresso corretamente.
- As ferramentas de consulta de ficheiros DWF não necessitam cursos para aproveitamento de todas as suas potencialidades.
- Qualquer pessoa pode visualizar um DWF através de ferramentas gratuitas disponíveis através da Internet. “Design Review” é uma aplicação gratuita.

O formato DWF garante:

- Devido ao seu tamanho reduzido um menor consumo de recursos na transmissão (largura de banda da rede) e armazenamento.
- Através de ferramentas gratuitas permite a consulta, medição e anotações e impressão de qualidade standard.
- Os custos de formação nas ferramentas que manipulam estes ficheiros são reduzidos devido à simplicidade destas.
- Sendo um formato não editável permite maior salvaguarda de direitos de autor. A um nível superior ao do papel.
- Os desenhos neste formato são produzidos sem necessidade de recurso a programas especiais, sendo criado por todas as ferramentas standard de desenho CAD no mercado.

10.6 ANEXO II – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

O levantamento fotográfico mencionado na instrução dos processos deverá incluir no mínimo 4 fotografias do terreno ou imóvel objeto da pretensão, de ângulos diversos que permitam avaliar a proposta na sua totalidade.

10.7 ANEXO III – PLANO DE ACESSIBILIDADES

Caso A – Edificações

a) Memória descritiva, com indicação dos detalhes técnicos e construtivos, esclarecendo as soluções adotadas em matéria de acessibilidade e pessoas com deficiência e mobilidade condicionada;

b) Planta com a indicação dos percursos acessíveis e com os locais de manobras.

Caso B – Loteamentos e Urbanizações

De acordo com o descrito no ponto 5 do Artigo 3º do DL nº 163/06, de 08/08, o plano de acessibilidades deve representar:

a) Rede de espaços e equipamentos;

b) Soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adotadas em matéria de acessibilidade e pessoas com deficiência e mobilidade condicionada.

10.8 ANEXO IV – INSTRUÇÃO DO PROJETO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO

Termo de responsabilidade pela autoria do projeto (Anexo IX.1)

Memória descritiva instruída com os seguintes elementos:

Descrição e justificação da solução proposta para a operação de loteamento.

Enquadramento da pretensão nos planos municipais e especiais de ordenamento do território.

Inserção urbana e paisagística da operação.

Superfície total do terreno objeto da operação.

Número de lotes e respetivas áreas, bem como as áreas destinadas à implantação dos edifícios.

Área de construção e volumetria dos edifícios com indicação dos índices urbanísticos adotados, nomeadamente a distribuição percentual das diferentes ocupações propostas para o solo, os índices de implantação e de construção e a densidade populacional, quando for caso disso.

Cércea e número de pisos acima e abaixo da cota da soleira para cada um dos edifícios.

Áreas destinadas a espaços de utilização coletiva, incluindo espaços verdes e respetivos arranjos.

Natureza e dimensionamento dos equipamentos.

Natureza das atividades não habitacionais e dimensionamento das áreas a elas destinadas.

Utilização dos edifícios e número de fogos e respetiva tipologia, quando for caso disso.

Condicionamentos relativos à implantação dos edifícios e construções anexas, se for o caso.

Solução adotada para o funcionamento das redes de abastecimento de água, de energia elétrica, de saneamento, de gás e de telecomunicações e suas ligações às redes gerais, quando for o caso.

Estrutura viária adotada, especificando as áreas destinadas às vias, acessos e estacionamento de veículos, incluindo as previstas em cave, quando for o caso.

Identificação dos técnicos autores e coordenador dos projetos.

No caso de operação de loteamento em área abrangida por PDM, fazer referência da adequabilidade da proposta às normas e princípios de ordenamento contidos no PDM.

Planta de urbanização à escala de 1:500, enfatizando todos os aspetos relativos à caracterização do espaço público, pavimentações, jardins, entre outras.

Planta geral de implantação à escala de 1:1000 ou superior, abrangendo o território envolvente num raio mínimo de 50 metros em torno das extremas da parcela em estudo, traçada sobre levantamento topográfico georreferenciado.

Planta de altimetrias à escala de 1:500, onde sejam perfeitamente legíveis as cotas altimétricas de soleira dos pisos, muros de vedação, logradouros, terraços, cumeeiras, platibandas e volumes proeminentes em coberturas caso existam.

Perfis à escala de 1:500, que esclareçam tipologicamente os diferentes arruamentos, as relações volumétricas gerais entre construções e, sobretudo, o partido tomado no assentamento do conjunto, relativamente à topografia existente

Levantamento fotográfico (Anexo XI).

Base digital da planta de síntese (formato dwg).

10.9 ANEXO V – INSTRUÇÃO DE PROJETOS DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO

10.9.1 PROJETO DE PAVIMENTAÇÕES (ARRUAMENTOS, BAIAS, PASSEIOS, ...)

Termo de responsabilidade pela autoria do projeto (Anexo IX.1).

Declaração do requerente a assumir a responsabilidade do transporte dos resíduos, caso estes existam, para local a designar pela autarquia.

Mapa de medições e Orçamento.

Planta de localização à escala 1:5000, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação (no caso de obras somente de urbanização).

Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1:200 ou superior, incluindo arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, áreas impermeabilizadas e respetivo material.

Mapa de escavação e aterros.

Perfis longitudinais e transversais.

Planta de implantação do estaleiro, com indicação de eventual ocupação da via pública, acautelando a sinalização provisória e circulação viária e pedonal existentes.

10.9.2 PROJETO DE SINALIZAÇÃO

Termo de responsabilidade pela autoria do projeto (Anexo IX.1).

Memória descritiva e justificativa, com a descrição geral da pretensão, materiais, soluções construtivas adotadas,

características técnicas, omissões, regulamentação e bibliografia.

Mapa de medições e orçamentos.

Planta de localização à escala 1:5000, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Plantas com identificação da sinalização horizontal e vertical.

10.9.3 PROJETO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (que deverá incluir rede de água de combate a incêndio)

Termo de responsabilidade pela autoria do projeto (Anexo IX.1).

Memória descritiva e justificativa, com a descrição geral da rede, materiais, soluções construtivas adotadas, características técnicas, omissões, regulamentação e bibliografia.

Cálculos justificativos, indicando os critérios de dimensionamento, dimensionamento da rede, dos equipamentos e de instalações complementares.

Dados e resultados da análise.

Mapa de medições e orçamentos.

Planta de localização à escala 1:5000, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Planta de implantação da rede à escala de 1:100

Perfis longitudinais e transversais.

Pormenores dos equipamentos e instalações complementares.

10.9.4 PROJETO DE REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS

Termo de responsabilidade pela autoria do projeto (Anexo IX.1).

Memória descritiva e justificativa, com a descrição geral da rede, materiais, soluções construtivas adotadas, características técnicas, omissões, regulamentação e bibliografia.

Cálculos justificativos, indicando os critérios de dimensionamento, dimensionamento da rede, dos equipamentos e de instalações complementares.

Dados e resultados da análise.

Mapa de medições e orçamentos.

Planta de localização à escala 1:5000, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Planta de implantação da rede à escala de 1:200 ou superior

Perfis longitudinais e transversais.

Pormenores das câmaras de visita, de queda guiada, de bombagem, de receção de esgoto bombeado, de ramal de ligação, à escala de 1:10.

Pormenores dos equipamentos e instalações complementares.

10.9.5 PROJETO DE REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS

Termo de responsabilidade pela autoria do projeto (Anexo IX.1).

Memória descritiva e justificativa, com a descrição geral da rede, materiais, soluções construtivas adotadas, características técnicas, omissões, regulamentação e bibliografia.

Cálculos justificativos, indicando os critérios de dimensionamento, dimensionamento da rede, dos equipamentos e de

instalações complementares.

Dados e resultados da análise.

Mapa de medições e orçamentos.

Planta de localização à escala 1:5000, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Planta de implantação da rede à escala de 1:200 ou superior.

Perfis longitudinais e transversais.

Pormenores das câmaras de visita, de queda guiada, de bombagem, de receção de esgoto bombeado, de ramal de ligação, à escala de 1:10.

Pormenores dos equipamentos e instalações complementares.

10.9.6 PROJETO DE ARRANJOS EXTERIORES

Peças Escritas

Termo de responsabilidade pela autoria do projeto (Anexo IX.1);

Memória descritiva e justificativa da proposta;

Condições técnicas gerais e específicas, descrevendo a natureza e qualidade dos materiais a utilizar, assim como a forma de execução dos trabalhos;

Mapa de medições e orçamentos, indicando a quantidade e qualidade dos materiais e trabalhos, bem como o preço unitário de mercado e total dos trabalhos.

Peças Desenhadas

Plano Geral;

Plano de Plantação de árvores e sub-árvores (incluindo identificação das espécies existentes a manter, a transplantar ou a abater;

Plano de Plantação de arbustos, subarbustos, herbáceas e de sementeira;

Plano de Pavimentos, revestimentos e estruturas construídas;

Plano de Equipamentos e Mobiliário Urbano (com identificação do mobiliário urbano, da iluminação preconizada e eventuais equipamentos de jogo e recreio);

Plano de Planimetria;

Plano de Rede de rega;

Planta de Altimetria com indicação da topografia existente e modelação proposta.

10.9.7 PORMENORES DE CONSTRUÇÃO DE TODOS OS ELEMENTOS CONSTRUÍDOS E ACABAMENTOS COM ESPECIFICAÇÃO CLARA DAS SOLUÇÕES, DIMENSIONAMENTO E MATERIAIS PROPOSTOS E DOS REMATES ENTRE DIFERENTES ÁREAS CONFINANTES.

PROJETO DE INSTALAÇÕES TELEFÓNICAS E TELECOMUNICAÇÕES.

Termo de responsabilidade pela autoria do projeto (Anexo IX.1).

Documento de inscrição do técnico na ANACOM.

Memória descritiva e justificativa, esclarecendo sobre a utilização prevista, tipo e quantificação de áreas, materiais de revestimento, equipamentos a instalar, características técnicas, omissões, regulamentação e bibliografia.

Cálculos justificativos, indicando os critérios de dimensionamento e dimensionamento dos elementos.

Mapa de medições e orçamentos.

Planta de localização à escala 1/2000.

Peças desenhadas da rede de tubagens à escala 1/1000, inserida na cartografia da zona.

10.9.8 PROJETO DE REDE DE GÁS

O projeto de instalação de gás é entregue na Câmara Municipal previamente visado pelas entidades credenciadas para o efeito.

10.9.9 PROJETO ELÉTRICO

O projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica é aprovado por entidade certificada para o efeito e entregue uma cópia autenticada do projeto aprovado, com o respetivo parecer, à câmara municipal, ou entregue na Câmara Municipal (4 cópias) para consulta à EN.

10.10 ANEXO VI – INSTRUÇÃO DE PROJETO DE ARQUITECTURA DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO

Termo de responsabilidade pela autoria do projeto (Anexo IX.1).

Memória descritiva instruída com os seguintes elementos:

Descrição e justificação da proposta para a operação a realizar

Enquadramento da pretensão nos planos municipais e especiais do ordenamento do território vigente e operação de loteamento se existir.

Adequação da edificação à utilização pretendida.

Inserção urbana e paisagística da edificação referindo em especial a sua articulação com o edificado existente e o espaço público envolvente.

Indicação da natureza e condições do terreno.

Adequação às infra-estruturas e redes existentes.

Uso a que se destinam as frações.

Área de construção, volumetria, área de implantação, cêrcea e número de pisos abaixo e acima da cota de soleira, número de fogos e respetiva tipologia.

Adequabilidade do projeto com a política de ordenamento do território contida no PDM, quando se tratar de pedido inserido em área unicamente abrangida por plano diretor municipal.

Levantamento topográfico, à escala de 1:1000 ou superior, correspondente ao estado e uso atual do terreno e de uma faixa envolvente com a dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com a indicação dos elementos ou valores naturais e construídos, as servidões administrativas e restrições de utilidade pública e ainda as infra-estruturas existentes.

Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1:200 ou superior, incluindo arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, áreas impermeabilizadas e respetivo material.

Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos, bem como a representação do mobiliário fixo e equipamento sanitário. As plantas devem abranger os limites do terreno, as construções anexas, o arranque das construções vizinhas e os arruamentos confrontantes.

Devem ainda ser mencionadas as utilizações previstas, os afastamentos às vias públicas, os afastamentos entre construções e as diferenças altimétricas relativamente aos terrenos vizinhos e às vias de acesso.

Plantas à escala de 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como as construções adjacentes, quando existam.

Alçados à escala de 1:100 com indicação das cores e materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura. Os alçados devem abranger os limites do terreno, as construções anexas, o arranque das construções vizinhas e os arruamentos confrontantes. Devem ainda ser mencionadas os afastamentos às vias públicas, os afastamentos entre construções e as diferenças altimétricas relativamente aos terrenos vizinhos e às vias de acesso.

Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100 abrangendo a totalidade do terreno e uma faixa envolvente com a dimensão adequada à avaliação da integração da construção com indicação do perfil existente e proposto, bem como as cotas dos diversos pisos. Os cortes devem abranger as zonas das caixas de escada, cozinhas e instalações sanitárias.

Pormenores de construção, à escala adequada esclarecendo a solução construtiva adotada para as paredes exteriores do edifício e sua articulação com a cobertura, vãos de iluminação/ventilação e de acesso, bem como o pavimento exterior envolvente.

10.11 ANEXO VII – INSTRUÇÃO DE PROJETOS DE ESPECIALIDADES DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO

10.11.1 PROJETO DE ESTABILIDADE

Termo de responsabilidade pela autoria do projeto (Anexo IX.1).

Memória descritiva e justificativa, indicando a descrição geral da estrutura, os materiais, as ações e suas combinações, métodos de cálculo da estrutura, os programas de cálculo automático utilizados, os métodos de dimensionamento dos diversos elementos estruturais, omissões, regulamentação e bibliografia.

Cálculos justificativos, indicando a descrição da estrutura, análise às ações horizontais e verticais, considerando os estados limites últimos e estados limites de utilização.

Resultado da análise estrutural, onde deverão constar os dados e os resultados.

Planta de Implantação dos elementos verticais da estrutura, à escala de 1:100.

Plantas estruturais dos diversos pisos, incluindo fundações, à escala de 1:100.

Pormenores de lajes, vigas, pilares, paredes, sapatas, lintéis e muros de suporte, à escala de 1:20.

10.11.2 PROJETO DE ESCAVAÇÃO E CONTENÇÃO PERIFÉRICA

Termo de responsabilidade pela autoria do projeto (Anexo IX.1).

Memória descritiva e justificativa, indicando a descrição geral da estrutura e infra-estruturas da obra e dos terrenos contíguos, os materiais, as ações e suas combinações, métodos de cálculo da estrutura, os programas de cálculo automático utilizados, os métodos de dimensionamento dos diversos elementos estruturais, fases e modo de execução, omissões, regulamentação e bibliografia.

Cálculos justificativos, contendo a definição dos elementos estruturais de contenção, das inclinações admitidas para os taludes, de eventuais reforços e deslocamentos da estrutura de contenção e estruturas contíguas.

Resultado da análise estrutural, onde deverão constar os dados e os resultados.

Planta de localização dos trabalhos de prospeção e cortes geológicos e geotécnicos interpretativos.

Planta com soluções de escavação, contenção e fundações, com indicação de cotas, inclinação de taludes, banquetas ou outros.

Cortes transversais e longitudinais das soluções preconizadas, com indicação das estruturas contíguas.

Pormenores dos elementos de contenção, à escala de 1:20.

10.11.3 PROJETO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Termo de responsabilidade pela autoria do projeto (Anexo IX.1).

Memória descritiva e justificativa, indicando a descrição geral da rede, os materiais, elementos acessórios, instalações complementares, caudais de cálculo, coeficientes de simultaneidade, pressões na rede, métodos de cálculo, programas de cálculo automático utilizados, omissões, regulamentação e bibliografia.

Cálculos justificativos, indicando os critérios, dimensionamento da rede, dos equipamentos e de instalações complementares.

Resultado da análise da rede, onde deverão constar os dados e os resultados.

Planta de localização à escala 1:5000, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Planta de implantação da rede à escala de 1:200.

Plantas de cada um dos pisos e cortes representativos da rede, à escala de 1:100.

Pormenores dos equipamentos e instalações complementares.

10.11.4 PROJETO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

Termo de responsabilidade pela autoria do projeto (Anexo IX.1).

Declaração de esvaziamento de fossa estanque, caso a solução a adotar assim o justifique (Anexo IX.6).

Memória descritiva e justificativa, indicando a descrição geral da rede, os materiais, elementos acessórios, instalações complementares, caudais de cálculo, coeficientes de simultaneidade, pressões na rede, métodos de cálculo, programas de cálculo automático utilizados, omissões, regulamentação e bibliográfica.

Cálculos justificativos, indicando os critérios, dimensionamento da rede, dos equipamentos e de instalações complementares.

Resultado da análise da rede, onde deverão constar os dados e os resultados.

Planta de localização à escala 1:5000, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação

Planta de implantação da rede à escala de 1:200.

Plantas de cada um dos pisos e cortes representativos da rede, à escala de 1:100.

Pormenores das câmaras de visita, de queda guiada, de bombagem, de receção de esgoto bombeado, de ramal de ligação, à escala de 1:10.

Pormenores dos equipamentos e instalações complementares.

10.11.5 PROJETO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

Termo de responsabilidade pela autoria do projeto (Anexo IX.1).

Memória descritiva e justificativa, indicando a descrição geral da rede, os materiais, elementos acessórios, instalações complementares, caudais de cálculo, coeficientes de simultaneidade, pressões na rede, métodos de cálculo, programas de cálculo automático utilizados, omissões, regulamentação e bibliográfica.

Cálculos justificativos, indicando os critérios, dimensionamento da rede, dos equipamentos e de instalações complementares.

Resultado da análise da rede, onde deverão constar os dados e os resultados.

Planta de localização à escala 1:5000, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

Planta de implantação da rede à escala de 1:200.

Plantas de cada um dos pisos e cortes representativos da rede, à escala de 1:100.

Pormenores das câmaras de visita, de queda guiada, de bombagem, de receção de esgoto bombeado, de ramal de ligação, à escala de 1:10.

Pormenores dos equipamentos e instalações complementares.

10.11.6 PROJETO DO CUMPRIMENTO DO REGULAMENTO DO SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICO**Edifícios de habitação - Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação (REH):**

Os procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação deverão ser instruídos com os seguintes elementos:

- a) Termo de responsabilidade (TR) subscrito pelo autor do projeto de comportamento térmico, nos termos do artigo 10.º, n.º 3 do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- b) Projeto de comportamento térmico elaborado pelo técnico responsável pelo mesmo, onde devem constar evidências das soluções adotadas e os cálculos efetuados e cumprimento do REH;
- c) Ficha resumo caracterizadora do edifício e da intervenção preconizada, de acordo com o modelo Ficha n.º 1 (anexo IX. 10);
- d) Pré-certificado do SCE, emitido por PQ.

Para efeitos de cumprimento do disposto na alínea c), o projeto de comportamento térmico deve evidenciar o cumprimento do REH e apresentar as justificações para as opções tomadas no cálculo pelo técnico autor do projeto e deve conter, pelo menos, os seguintes elementos, ainda que por remissão para documentos constantes dos respetivos procedimentos de controlo prévio:

- a) Localização do edifício e caracterização do meio urbano onde se insere;
- b) Descrição do edifício e frações que o constituem;
- c) Caracterização de soluções construtivas que constituem o edifício em estudo, bem como de todos os elementos que condicionam o comportamento térmico do edifício;
- d) Caracterização dos sistemas de aquecimento, arrefecimento e ventilação previstos para o edifício;
- e) Caracterização dos sistemas de preparação de água quente sanitária (AQS) previstos para o edifício;
- f) Caracterização dos sistemas que recorrem a energias renováveis previstos para o edifício;
- g) Demonstração detalhada do cálculo dos valores das necessidades nominais de energia do edifício, bem como dos respetivos valores limite, de acordo com o modelo REH - Fichas de cálculo (Portaria n.º 349-C/2013 de 2 de dezembro);
- h) Caracterização do edifício com indicação das frações (quando aplicável) objeto de análise do projeto, contendo, pelo menos, os seguintes elementos:
 - i. Planta de arquitetura geral que permita a identificação das frações do edifício;
 - ii. Peças desenhadas, designadamente plantas e cortes, com a identificação das opções tomadas ao nível da caracterização da envolvente, nomeadamente no que refere-se à determinação de espaços (não) úteis.
- i) Pormenores construtivos definidores de todas as situações de pontes térmicas planas e lineares, nomeadamente:
 - i. Ligação da fachada com os pavimentos térreos;
 - ii. Ligação da fachada com pavimentos sobre locais «não úteis» ou exteriores;
 - iii. Ligação da fachada com pavimentos intermédios;
 - iv. Ligação da fachada com cobertura inclinada ou terraço;
 - v. Ligação da fachada com varanda;
 - vi. Ligação entre duas paredes verticais;
 - vii. Ligação da fachada com caixa de estore;
 - viii. Ligação da fachada com padieira, ombreira ou peitoril;
 - ix. Situações de pontes térmicas planas, nomeadamente ligações a pilares, vigas e caixas de estore;
 - x. Outras consideradas relevantes pelo técnico responsável.

Edifícios de comércio e serviços: Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços (RECS)

Os procedimentos de licenciamento ou de comunicação de operações urbanísticas de edificação deverão ser instruídos com os seguintes elementos:

- a) TR subscrito(s) pelo(s) autor(es) do(s) projeto(s) do(s) sistema(s) técnico(s) objeto de requisitos no âmbito do RECS, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- b) Declaração ou outra prova de reconhecimento de capacidade profissional dos técnicos responsáveis pelo(s) projeto(s) do(s) sistema(s) técnico(s) objeto de requisitos no âmbito do RECS, emitida pela respetiva ordem profissional;

c) Projeto(s) do(s) sistema(s) técnico(s) objeto de requisitos no âmbito do RECS, elaborado(s) pelo(s) técnico(s) responsável(is) pelo(s) mesmo(s), onde devem constar evidências das soluções adotadas e os cálculos efetuados;

d) Pré-certificado SCE, emitido por PQ.

Para efeitos de cumprimento do disposto na alínea c), o(s) projeto(s) devem conter, pelo menos, referência aos seguintes elementos:

- a) Localização do edifício e caracterização do meio urbano onde se insere;
- b) Descrição do edifício e frações que o constituem;
- c) Caracterização de soluções construtivas que constituem o edifício em estudo, bem como de todos os elementos que condicionam o comportamento térmico do edifício;
- d) Caracterização dos sistemas de AVAC previstos para o edifício;
- e) Caracterização dos sistemas de preparação de AQS previstos para o edifício;
- f) Caracterização dos sistemas de iluminação previstos para o edifício;
- g) Caracterização dos sistemas de gestão técnica previstos para o edifício;
- h) Caracterização dos sistemas de elevadores previstos para o edifício;
- i) Caracterização dos sistemas que recorrem a energias renováveis previstos para o edifício;
- j) Caracterização do edifício com indicação das frações (quando aplicável) objeto de análise do projeto, contendo, pelo menos, os seguintes elementos:
 - i. Planta de arquitetura geral que permita a identificação do edifício;
 - ii. Peças desenhadas, designadamente plantas e cortes, com a identificação das opções tomadas ao nível da caracterização da envolvente;
 - iii. Esquemas de princípio, quando aplicáveis, dos sistemas técnicos necessários considerar para efeitos de verificação do presente regulamento.

10.11.7 PROJETO DE CONDICIONAMENTO ACÚSTICO

Termo de responsabilidade pela autoria do projeto (Anexo IX.1).

Declaração emitida por Associação Pública de natureza profissional que ateste a efetividade dos direitos do técnico autor do projeto, bem como a capacidade para elaborar e subscrever projetos de condicionamento acústico, nos termos do previsto no n.º 2 do Art. 3.º do Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios, Anexo ao D.L. n.º 96/2008 de 09/06.

Memória descritiva e justificativa, com a descrição da situação em estudo, disposições legais, critérios propostos, princípios de cálculo adotados relativamente ao isolamento sonoro a sons de condução aérea, sons de percussão e ao condicionamento acústico interior, dimensionamento, soluções construtivas e condições técnicas de execução.

Cálculos justificativos, indicando os critérios de dimensionamento e o dimensionamento dos elementos da envolvente. Resultado da análise da rede, onde deverá constar os dados e os resultados.

Plantas com indicação dos materiais isolantes utilizados, à escala de 1:100.

Pormenores das paredes, pisos e tetos, à escala de 1:10.

Pormenores complementares à escala de 1:10 (portas, janelas, elementos de ligação,...).

10.11.8 PROJETO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES

Termo de responsabilidade pela autoria do projeto (Anexo IX.1).

Documento comprovativo da inscrição do técnico na ANACOM.

Memória descritiva e justificativa, com a descrição geral do edifício, materiais, soluções construtivas adotadas, Características técnicas, omissões, regulamentação e bibliografia.

Cálculos justificativos, indicando os critérios de dimensionamento e dimensionamento dos elementos.

Resultados da análise (dados e os resultados).

Plantas de cada um dos pisos representativos da rede, à escala de 1:100.

Esquema do traçado de tubagens.

Esquema do traçado da rede de cabos.

10.11.9 PROJETO DE INSTALAÇÕES ELECTROMECÂNICAS

Termo de responsabilidade pela autoria do projeto (Anexo IX.1).

Memória descritiva e justificativa, com a descrição geral do edifício e da rede a implementar, materiais, soluções construtivas adotadas.

Características técnicas, omissões, regulamentação e bibliografia.

Cálculos justificativos, indicando os critérios de dimensionamento e dimensionamento dos elementos.

Resultados da análise (dados e os resultados).

Plantas e cortes com indicação do equipamento proposto, a escala adequada.

Pormenores complementares dos equipamentos.

10.11.10 PROJETO DE REDE DE GÁS

O projeto de instalação de gás é aprovado por entidade certificada para o efeito e entregue uma cópia visada do projeto, com o respetivo parecer, à Câmara Municipal.

10.11.11 PROJETO ELÉTRICO

No caso da potência a instalar ser inferior ou igual a 50KVA, deverá ser apresentada ficha eletrotécnica elaborada de acordo com a arquitetura aprovada e devidamente visada pela EN.

No caso da potência a instalar ser superior a 50 KVA, deverá ser apresentado projeto elétrico devidamente aprovado pela EDP.

10.11.12 PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA O RISCO DE INCÊNDIO

Termo de responsabilidade pela autoria do projeto (Anexo IX.1).

Declaração emitida por Associação Pública de natureza profissional que ateste a efetividade dos direitos.

do técnico autor do projeto, bem como a capacidade para elaborar e subscrever projetos de segurança contra risco de incêndio, nos termos do previsto no n.º 1 do Art. 16.º do Regime Jurídico da Segurança Contra o Risco de Incêndio em Edifícios (D.L. n.º 220/08, de 12/11).

Memória descritiva e justificativa, com a descrição geral do edifício e da rede a implementar, materiais, soluções construtivas adotadas, Características técnicas, omissões, regulamentação e bibliografia.

Cálculos justificativos, indicando os critérios de dimensionamento e dimensionamento dos elementos.

Plantas de cada um dos pisos, com a indicação da sinalética e equipamentos de segurança.

Cortes representativos e alçados, à escala de 1:100.

Plano de emergência.

10.12 ANEXO VIII – FICHA DE SEGURANÇA CONTRA RISCO DE INCÊNDIO

O modelo aprovado da Ficha de Segurança encontra-se disponível no sítio da ANPC, acompanhada das respetivas notas explicativas. Consultar o site www.proteccaocivil.pt no item de Segurança contra incêndios em edifícios.

10.13 ANEXO IX – INSTRUÇÃO DE PROJETO DE INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIOS**10.14 ANEXO IX.1 - PROJETO DE INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIOS**

Declaração de conformidade do projeto (Anexo IX.6), subscrita por técnico projetista inscrito na DGEG Memória descritiva a enunciar o objetivo do projeto e caracterização das instalações a construir, indicando os seguintes dados: finalidade da instalação; produtos a armazenar; capacidade de cada reservatório e sua caracterização (ou sendo um armazém de taras de GPL, número e capacidade de garrafas), normas e códigos construtivos e de segurança a que obedece a instalação, os materiais e os acessórios; equipamentos e disposições de segurança, higiene, salubridade e proteção ambiental; para as instalações a que respeita o anexo I do DL nº267/2002, de 26/11, com as alterações introduzidas pela DL nº195/08, de 06/10, ou quando solicitado pela entidade licenciadora (demonstração dos cálculos de resistência, de estabilidade e de fundações, assinada pelo respetivo responsável; princípios de funcionamento da instalação); identificação dos interesses relevantes potencialmente afetados pela instalação (nomeadamente servidões ou valores arquitetónicos).

Plantas, alçados e cortes, em escala não inferior a 1:100, que definam completamente a instalação e identifiquem todos os seus elementos relevantes (nomeadamente reservatórios, tubagens, válvulas, unidades de abastecimento, respiros e sistema de recuperação de gases, drenagens e sistemas de tratamento de águas residuais, conforme aplicável).

Para as instalações a que respeita o anexo I do D.L nº 267/2002, ou quando solicitado pela entidade licenciadora, diagrama processual.

10.15 ANEXO IX.2 - PROJETO DE INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIOS - PROJETO SIMPLIFICADO – PARA INSTALAÇÕES CLASSE A1 E A2

Declaração de conformidade do projeto (Anexo IX.6), subscrita por técnico projetista inscrito na DGEG.

Memória descritiva com descrição sumária da instalação, a enunciar o objetivo do projeto e caracterização das instalações a construir.

Desenhos da implantação do(s) reservatório(s) e do traçado da rede de distribuição (se aplicável).

10.16 ANEXO IX.3 - PROJETO DE INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIOS - PROJETO SIMPLIFICADO – PARA INSTALAÇÕES CLASSE A3

Ficha técnica da instalação com indicação da capacidade prevista, das regras de segurança previstas nas Portarias nº451/01, de 05/05 e nº460/01, de 08/05.

10.17 ANEXO IX.4 - INSTALAÇÕES ISENTAS DE LICENCIAMENTO - CLASSES B1 E B2

Requerimento

Identificação do proprietário, localização da instalação e direito à utilização do terreno.

Caracterização da instalação.

Certificado de inspeção das instalações emitido por uma EI (Entidade Inspetora) reconhecida pela Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) respeitante ao cumprimento das regras de segurança. Indicação da entidade exploradora das instalações reconhecida pela DGEG, quando tal for exigível pelo Decreto-Lei nº125/97, de 23/05.

Para o equipamento sob pressão, certificado de aprovação da instalação, nos termos do DL nº97/00, de 25/05.

10.18 ANEXO X – INSTRUÇÃO DE PROJETO DE INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RADIOCOMUNICAÇÕES

Termo de responsabilidade dos técnicos responsáveis pela instalação, quer a nível civil, quer a nível das instalações elétricas, elaborados de acordo com o estipulado no Anexo I da Portaria nº232/2008, de 11/03 (Anexo IX.1).

Documento comprovativo da inscrição do técnico em Associação Pública de natureza profissional.

Memória descritiva e justificativa da instalação (com indicação dos critérios adotados condicionantes, materiais empregues e métodos construtivos e de fixação).

Planta de localização à escala de 1:25000.

Planta de implantação à escala de 1:200 ou de 1:500.

Plantas da instalação à escala de 1:100.

Cortes e Alçados à escala de 1:100.

10.19 ANEXO XI – MINUTAS TIPO

Apresentam-se as seguintes minutas tipo:

10.20 ANEXO XI.1 – TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJETO

Termo de responsabilidade do autor do projeto de... (a)

... (b), morador na..., contribuinte n.º..., inscrito na... (c) sob o n.º..., declara, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, que o projeto de... (a), de que é autor, relativo à obra de... (d), localizada em... (e), cujo... (f) foi requerido por... (g), observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente... (h)

(data).

(assinatura) (i).

Instruções de preenchimento

P.20.01

Alterações à edição anterior: Não aplicável. Primeira edição do documento.

Nota: Este documento é válido somente na sua versão eletrónica publicada na *Intranet*. Caso esteja a lê-lo em papel, deve assegurar-se que a versão de que dispõe corresponde à disponível na *Intranet*.

- (a) Identificação de qual o tipo de operação urbanística, projeto de arquitetura ou de especialidade em questão
- (b) Nome e habilitação do autor do projeto
- (c) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso
- (d) Indicação da natureza da operação urbanística a realizar
- (e) Localização da obra (rua, número de polícia e freguesia)
- (f) Indicar se se trata de licenciamento ou comunicação prévia
- (g) Indicação do nome e morada do requerente
- (h) Discriminar, designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, os instrumentos de gestão territorial, o alvará de loteamento ou a informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar fundamentadamente as razões da não observância de normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro.
- (i) Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade.

10.21 ANEXO X1.2 – TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJETO

Termo de responsabilidade do autor do projeto de... (a)

... (b), morador na..., contribuinte n.º..., inscrito na... (c) sob o n.º..., declara, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na nova redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, que o projeto de... (a), de que é autor, relativo à obra de... (d), localizada em... (e), cujo... (f) foi requerido por... (g), observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente... (h)

(data).

(assinatura) (i).

Instruções de preenchimento

- (a) Identificação de qual o tipo de operação urbanística, projeto de arquitetura ou de especialidade em questão
- (b) Nome e habilitação do autor do projeto
- (c) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso
- (d) Indicação da natureza da operação urbanística a realizar

- (e) Localização da obra (rua, número de polícia e freguesia)
- (f) Indicar se se trata de licenciamento ou comunicação prévia
- (g) Indicação do nome e morada do requerente
- (h) Discriminar, designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, os instrumentos de gestão territorial, o alvará de loteamento ou a informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar fundamentadamente as razões da não observância de normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/10 de 30 de março.
- (i) Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade

10.22 ANEXO XI.3 – TERMO DE RESPONSABILIDADE DO COORDENADOR DOS PROJETOS

Termo de responsabilidade do coordenador dos projetos

... (a), morador na..., contribuinte n.º..., inscrito na... (b) sob o n.º..., declara, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº26/2010, de 30 de março, que os projetos de que é coordenador, relativos à obra de... (c), localizada em... (d), cujo... (e) foi requerido por...(f), observam as normas legais e regulamentares aplicáveis, e atesta a compatibilidade entre os mesmos.

... (data)

... (assinatura) (g)

Instruções de preenchimento

- (a) Nome e habilitação do coordenador do projeto
- (b) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso
- (c) Indicação da natureza da operação urbanística a realizar
- (d) Localização da obra (rua, número de polícia e freguesia)
- (e) Indicar se se trata de licenciamento ou comunicação prévia
- (f) Indicação do nome e morada do requerente
- (g) Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade

10.23 ANEXO XI.4 – TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA DIRECÇÃO TÉCNICA DA OBRA

Termo de responsabilidade pela direcção técnica da obra / diretor de fiscalização da obra (emissão de alvará de construção / comunicação prévia)

..... (a), morador na....., contribuinte n.º..., inscrito na... (b) sob o n.º....., declara que se responsabiliza pela direcção técnica da obra de... (c), localizada em..... (d), cuja aprovação foi requerida por... (e).

... (data)

... (assinatura) (f)

Instruções de preenchimento

(a) Nome e habilitação profissional do responsável pela direcção técnica da obra

(b) Indicação da associação pública de natureza profissional, ou inscrição no município

(c) Indicação da operação urbanística (licenciamento ou comunicação prévia)

(d) Localização da obra (rua, número de polícia e freguesia)

(e) Indicação do nome e morada do requerente

(f) Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade

10.24 ANEXO XI.5 – TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA DIRECÇÃO TÉCNICA DA OBRA / DIRECÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

Termo de responsabilidade do diretor técnico de obra/diretor de fiscalização da obra (Emissão de autorização de utilização)

.. (a), morador na..., contribuinte n.º..., inscrito na... (b) sob o n.º..., declara, na qualidade de diretor de obra/ diretor de fiscalização, que a obra localizada em...(c), à qual foi atribuído/ emitido o... (d), cujo titular é... (e), se encontra concluída desde... (f), tendo a mesma sido executada em conformidade com o projeto de arquitetura e arranjos exteriores aprovados, com as condicionantes da licença, com a utilização prevista no alvará de licença, e que as alterações efetuadas ao projeto estão em conformidade com normas legais e regulamentares que lhe são

aplicáveis.... (g) (caso existam alterações não sujeitas a licença ou comunicação prévia, devendo apresentar as respetivas telas finais)

... (data)

... (assinatura) (h)

No caso de ter havido projeto de segurança contra o risco de incêndio, o técnico deverá referir que o edifício cumpre as condições SCIE.

Instruções de preenchimento

- (a) Nome e habilitação profissional do diretor técnico da obra ou diretor de fiscalização de obra
- (b) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso
- (c) Localização da obra (rua, número de polícia e freguesia)
- (d) Indicação do alvará de licença n.º...ou do recibo de comunicação prévia
- (e) Indicação do nome e morada do titular
- (f) Data da conclusão da obra
- (g) A preencher nos casos previstos no n.º 2 do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março
- (h) Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade

10.25 ANEXO XI.6 – TERMO DE RESPONSABILIDADE DO TÉCNICO AUTOR DO PROJETO DE ...(A) E DO DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DA OBRA

Termo de responsabilidade do técnico autor do projeto de ... (a)

Termo de responsabilidade do diretor de fiscalização de obra

(emissão de autorização de utilização em casos sujeitos a alteração de utilização sem obras ou com obras não sujeitas a licenciamento/comunicação prévia)

... (b), morador na..., contribuinte n.º..., inscrito na... (c) sob o n.º..., declara, na qualidade de técnico autor do projeto de... (a), que a obra localizada em... (d), cujo titular é... (e), se encontra concluída, e que se verifica a conformidade do uso previsto com as normas legais e regulamentares aplicáveis e a idoneidade do edifício para o fim pretendido

... (data)

... (assinatura) (f)

Instruções de preenchimento

(a) Identificação de qual o tipo de projeto, projeto de arquitetura ou de especialidade em questão

(b) Nome e habilitação profissional do diretor técnico da obra ou diretor de fiscalização de obra

(c) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso

(d) Localização da obra (rua, número de polícia e freguesia)

(e) Indicação do nome e morada do titular

(f) Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade

10.26 ANEXO XI.7 - Termo de responsabilidade do autor do projeto de especialidades – obras de legalização

Termo de responsabilidade do autor do projeto de... (a)

... (b), morador na..., contribuinte n.º..., inscrito na... (c) sob o n.º..., declara, que a obra localizada em ... (d), cuja legalização foi solicitada por ... (e) se encontra concluída e que foram respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente... (f)

(data).

(assinatura) (g).

Instruções de preenchimento

(a) Identificação do projeto de especialidade em questão

b) Nome e habilitação do autor do projeto

(c) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso

(d) Localização da obra (rua, número de polícia e freguesia)

(e) Indicação do nome e morada do requerente

(f) Discriminar, designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, os instrumentos de gestão territorial, o alvará de loteamento ou a informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar fundamentadamente as razões da não observância de normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/10 de 30 de março

(g) Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade

10.27 ANEXO XI.8 - Termo de responsabilidade do diretor de fiscalização de obra – obras de legalização

Termo de responsabilidade do diretor de fiscalização de obra

... (b), morador na..., contribuinte n.º..., inscrito na... (c) sob o n.º..., declara, na qualidade de diretor de fiscalização da obra localizada em... (d), cujo titular é... (e), e do que lhe foi possível visualizar, que a mesma se encontra concluída, e que se verifica a conformidade com o projeto aprovado e com o uso previsto para o fim pretendido.

(data)

(assinatura) (f)

Instruções de preenchimento

(a) Identificação de qual o tipo de projeto de especialidade em questão

(b) Nome e habilitação profissional do diretor de fiscalização de obra

- (c) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso
- (d) Localização da obra (rua, número de polícia e freguesia)
- (e) Indicação do nome e morada do titular
- (f) Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade

10.28 ANEXO XI.9 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO PROJETO (ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEIS)

Declaração de Conformidade

..... (a),.... (b) sob o n.º, portador do bilhete de identidade nº ..., emitido pelo arquivo de....., em ..., contribuinte nº ..., morador na Rua ..., nº,.... (código postal), concelho de ..., inscrito na Direção Geral de Energia nos termos do disposto no artigo 18º do Decreto-Lei nº 267/2002, de 26 de novembro, na sua atual redação, sob o nº ..., declara nos termos legais e para os efeitos do disposto no mesmo artigo do citado diploma, que o projeto de ... (c), relativo a uma instalação a levar a efeito em ...(d), cujo licenciamento é requerido por ... (e), observa as normas técnicas gerais e regulamentares aplicáveis.

... (Local e data)

O Técnico, (assinatura)

Instruções de preenchimento

- (a) Nome do técnico
- (b) Engenheiro ou Engenheiro Técnico
- (c) Construção, reconstrução, ampliação, alteração (a escolher a situação em causa)
- (d) Local da instalação
- (e) Nome do requerente

10.29 ANEXO XI.10 – OUTROS TERMOS/ DECLARAÇÕES**Termo de responsabilidade pelo projeto ITED**

_____(Nome)_____, morador em _____, com o número de contribuinte _____, inscrito na ANACOM/OE/ANET, com o número _____, declara, para efeitos do artigo 66º, do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de maio, que o projecto técnico de que é autor, relativo à infraestrutura de telecomunicações do edifício sito em _____, requerido por _____ (identificação do dono de obra) _____, observa as normas legais e técnicas aplicáveis, designadamente o Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de Maio e as prescrições e especificações técnicas [RITA, manual ITED – 1ª edição, manual ITED – 2ª edição (RNG)].

_____, ____ de _____ de _____

(assinatura)

Declaração de elaboração do levantamento topográfico

..... (a), morador na....., contribuinte n.º....., declaro que exerço a profissão de Técnico de Topografia, certificada pelo Sistema Nacional de Certificação Profissional, com CAP n.º

Mais declaro que, requerido por (b), residente em ..., com número de identificação fiscal ..., efetuei o levantamento topográfico do terreno sito em ... (c), que figura na folha anexa a esta Declaração, com os equipamentos de medição... (d), e certifico que o perímetro aí assinalado corresponde a uma área total de m².

Declaro ainda que o limite do terreno assinalado a vermelho que consta da folha anexa é da inteira responsabilidade do requerente.

(data).

(assinatura) (e).

Em anexo:

- Levantamento topográfico com limite do terreno supra referido
- Cópia do certificado de Aptidão Profissional

Instruções de preenchimento

(a) Indicação do nome do técnico que elaborou o levantamento topográfico

(b) Indicação do nome do requerente

(c) Localização do terreno objeto de levantamento topográfico

(d) Designação do equipamento utilizado no levantamento topográfico

(e) Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade

Termo de responsabilidade pela instalação de equipamentos de diversão

..... (a), na qualidade de(b), morador em....., contribuinte n.º....., declara a conformidade, bem como a sua correta instalação e colocação em funcionamento, de acordo com as normas técnicas e de segurança aplicáveis, dos seguintes equipamentos de diversão (c):

1 - _____

2 - _____

3 - _____

4 - _____

5 - _____

Mais declaro que os equipamentos referidos destinam-se a ser utilizados em _____

(d), freguesia de _____

Concelho de _____, no período de ____/____/____ a ____/____/____.

(data).

(assinatura) (e).

Instruções de preenchimento

(a) Pessoa singular ou coletiva

(b) Administrador do equipamento de diversão (proprietário, locatário ou concessionário)

(c) Instruir com os respetivos certificados de inspeção em vigor para cada equipamento

(d) Local da instalação do equipamento de diversão

(h) Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade ou cartão de cidadão.

Extravio de livro de obra – 2ª via do livro de obra**OPÇÃO A**

De modo a dar cumprimento ao disposto na Portaria nº1268/2008, de 06/11, deverá apresentar um 2º livro de obra, preenchido pelo **diretor de fiscalização** de obra e no qual conste a redação prevista na minuta em anexo (**minuta 1**).

Minuta 1- Redação a constar na 2º via do livro de obra, a elaborar pelo diretor de fiscalização de obra

... (a), inscrito na... (b) sob o n.º..., declara, na qualidade de diretor de fiscalização, que a obra localizada em...(c), à qual foi atribuído/ emitido o... (d), cujo titular é... (e), que o livro de obra se extraviou por motivos de... (f). No entanto, foram por mim realizados no livro de obra os registos respeitantes ao desenvolvimento da obra, sendo que a mesma teve início a ... (g) e término a ... (h). Mais informo, que a obra se encontra concluída, de acordo com os projetos aprovados.

... (data)

... (assinatura) (h)

Instruções de preenchimento

(a) Nome e habilitação profissional do diretor técnico da obra ou diretor de fiscalização de obra

(b) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso

(c) Localização da obra (rua, número de polícia e freguesia)

(d) Indicação do alvará de licença nº...ou do recibo de comunicação prévia

(e) Indicação do nome e morada do titular

(f) indicar os motivos da perda/ extravio do livro de obra

(g) Data do início da obra

(h) Data da conclusão da obra

OPÇÃO B

No caso de não ser possível o contato com o diretor de fiscalização da obra, o requerente deverá apresentar na mesma um 2º livro de obra, preenchido por um **técnico legalmente habilitado** para efetuar a fiscalização da obra e no qual consta a redação prevista na minuta em anexo (**minuta 2**).

Minuta 2- Redação a constar na 2ª via do livro de obra, a elaborar por técnico habilitado para realizar a fiscalização da obra

... (a), inscrito na... (b) sob o n.º..., técnico legalmente habilitado para a fiscalização de obra, que a obra localizada em...(c), à qual foi atribuído/ emitido o... (d), cujo titular é... (e), que segundo informação do dono de obra, o livro de obra se extraviou por motivos de... (f). No entanto, informa, do que lhe foi possível visualizar, que a obra se encontra concluída de acordo com os projetos aprovados.

... (data)

... (assinatura)

Instruções de preenchimento

(a) Nome e habilitação profissional do diretor técnico da obra ou diretor de fiscalização de obra

(b) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso

(c) Localização da obra (rua, número de polícia e freguesia)

(d) Indicação do alvará de licença nº...ou do recibo de comunicação prévia

(e) Indicação do nome e morada do titular

(f) indicar os motivos da perda/ extravio do livro de obra

OPÇÃO C

Nos casos em que a obra ainda esteja a decorrer, e se tenha perdido/ extraviado o livro de obra, o requerente deverá realizar a reforma integral do livro, em 2ª via emitida nos termos da Portaria nº 126/08, de 06/11, de todos os elementos e menções que o constituíam ou o integravam.

10.31 Anexo XI.11 – Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação (REH):

Modelos de fichas

Ficha n.º 1	REH – alínea d) do n.º 1.1
Ficha n.º 2	REH – alínea d) do n.º 1.2
REH - Ficha de cálculo	REH – alínea g) do n.º 1.3

FICHA n.º 1 REGULAMENTO DE DESEMPENHO ENERGÉTICO DOS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO (REH) (nos termos da alínea d) do n.º 1.1)

Câmara Municipal de _____

Edifício

Empreendimento: _____ Nº de frações: _____

Morada: _____

Freguesia: _____ Concelho: _____

Tipo de Intervenção:

Edifício Novo:

Grande Intervenção:

(a preencher com base na informação do projeto de comportamento térmico)

Caracterização

Fração	Área interior útil de pavimento (m²)	Pé direito médio ponderado (m)	Tipologia

Resumo de cálculo

Fração	Tx.ren. (RPH)	Nic (kWh/m².ano)	Ni (kWh/m².ano)	Nvc (kWh/m².ano)	Nv (kWh/m².ano)	QA (kWh/ano)	Ntc (kWh _{EP} /m².ano)	Nt (kWh _{EP} /m².ano)	E _{ren,p} (kWh/ano) (*)	E _{ren,ext} (kWh/ano) (**)

(*) correspondente à totalidade das formas de energias renováveis, destinadas a suprir necessidades relativas aos usos de aquecimento, arrefecimento, preparação de AQS e ventilação.

(**) correspondente à energia renovável que é exportada do edifício e/ou consumida em outros usos não incluídos em E_{ren,p}.

Técnico responsável pelo projeto de comportamento térmico

Nome: _____

Inscrito na: _____ Número de inscrição: _____

Assinatura _____



trofa
município

EDIÇÃO

DATA

1

29.04.14

INSTRUÇÃO DE PROCESSOS (OBRAS PARTICULARES)

PROCEDIMENTO

PÁGINA

20

71 de 74

FICHA n.º 2
REGULAMENTO DE DESEMPENHO ENERGÉTICO
DOS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO (REH)
(nos termos da alínea d) do n.º 1.2)

Câmara Municipal de _____

Edifício

Empreendimento: _____ N.º de frações: _____

Morada: _____

Freguesia: _____ Concelho: _____

Construção conforme projeto:

Sim: _____ Sim, de acordo com alterações promovidas em obra:

(a preencher com base na informação da versão final do projeto de comportamento térmico)

Caracterização

Fração	Area interior útil de pavimento (m ²)	Pé direito médio ponderado (m)	Tipologia	Pré-certificado n.º

Resumo de cálculo

Fração	Tx.ren. (RPH)	Nic (kWh/ m ² . ano)	Ni (kWh/ m ² . ano)	Nvc (kWh/ m ² . ano)	Nv (kWh/ m ² . ano)	QA (kWh / ano)	Ntc (kWh _{EP} /m ² .an o)	Nt (kWh _{EP} /m ² .ano)	E _{ren,p} (kWh/ ano) (*)	E _{ren,ext} (kWh/ ano) (**)

(*) correspondente à totalidade das formas de energias renováveis, destinadas a suprir necessidades relativas aos usos de aquecimento, arrefecimento, preparação de AQS e ventilação.

(**) correspondente à energia renovável que é exportada do edifício e/ou consumida em outros usos não incluídos em E_{ren,p}.

Técnico responsável pelo projeto de comportamento térmico

Nome: _____

Inscrito na : _____ Número de inscrição: _____

Diretor de fiscalização de obra (se aplicável)

Nome: _____

Inscrito na : _____ Número de inscrição: _____

Diretor técnico de obra

Nome: _____

Inscrito na: _____ Número de inscrição: _____

Assinatura _____

As fichas de cálculos constam da Portaria n.º 349-C/2013 de 2de dezembro

P.20.01

Alterações à edição anterior: Não aplicável. Primeira edição do documento.

Nota: Este documento é válido somente na sua versão eletrónica publicada na *Intranet*. Caso esteja a lê-lo em papel, deve assegurar-se que a versão de que dispõe corresponde à disponível na *Intranet*.

ATA N.º 10/2014 – DOCUMENTO 11 - FLS. 37/38

10.30 ANEXO XI.12 – GARANTIAS BANCÁRIAS**Garantia relativa a obras de urbanização**

.....(1), com sede em, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de, sob o n.º, titular do cartão de pessoa coletiva n.º, e com capital social de(2), presta por este meio e por solicitação de(3), garantia bancária a favor da Câmara Municipal da Trofa, no valor de(4), destinada a assegurar a execução das obras de urbanização do loteamento sito em(6), cujo processo de licenciamento nessa câmara tem o n.º(7).

A presente garantia bancária é autónoma à primeira solicitação da beneficiária e está sujeita a atualização, mantendo-se válida até à receção definitiva das obras de urbanização.

Garantia relativa a outras obras

.....(1), com sede em, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de, sob o n.º, titular do cartão de pessoa coletiva n.º, e com capital social de(2), presta por este meio e por solicitação de(3), garantia bancária a favor da Câmara Municipal da Trofa, no valor de(4), destinada a assegurar a execução das obras de (5) relativas ao prédio sito em(6), cujo processo de licenciamento nessa câmara tem o n.º(7).

A presente garantia bancária é autónoma à primeira solicitação da beneficiária e está sujeita a atualização.

Instruções de preenchimento

- (1) Identificação da entidade bancária
- (2) Identificação do valor do capital social
- (3) Identificação do titular do processo
- (4) Valor da caução indicado pelo município
- (5) Indicar as obras que se pretende executar
- (6) Localização completa da obra (rua, número de polícia e freguesia)
- (7) Identificação do número do processo de licenciamento na C.M.

10.31 ANEXO X1.13 – DECLARAÇÃO DE ESVAZIAMENTO DE FOSSA

A entregar juntamente com o projeto de drenagem de águas residuais nos casos em que tal se justifique

Declaração de esvaziamento de fossa séptica estanque

Eu, (1), residente em(2), portador do bilhete de identidade n.º, do Arquivo de Identificação de, emitido em, requerente do processo n.º, declaro que me comprometo a proceder ao esvaziamento periódico da fossa estanque, mais declarando que esse esvaziamento não será efetuado para os meus terrenos, terrenos vizinhos, sistemas de águas pluviais, via pública, linhas de água, regos ou valetas

10.32 ANEXO XII – PLANO DE SEGURANÇA

O plano de segurança deverá ser elaborado de acordo com o previsto no DL nº273/2003, de 29 de Outubro, devendo se entregues juntamente com mesmo:

- a) Declaração do coordenador de segurança em projeto (Minutas 1 ou 2)
- b) Declaração de nomeação do coordenador de segurança em fase de projeto (Minuta 3)

Minuta 1 - Declaração do coordenador de segurança em Projeto (Pessoa Singular)

..... (indicar nome, habilitação académica, qualificação profissional, bilhete de identidade, número de identificação fiscal, domicílio e, se for o caso, nome da associação pública de natureza profissional em que se encontra inscrito), declara, para efeitos do disposto na alínea a) do nº 3 do artº 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, que é o Coordenador de Segurança em Projeto, da obra..... (indicar natureza e utilização previstas), a realizar em..... e cujo dono da obra é (indicação do nome e domicílio ou sede).

..... de de 200...

..... (Assinatura, conforme B.I/CC)

Minuta 2 - Declaração do coordenador de segurança em Projeto (Pessoa Singular)

..... (indicar nome da sociedade, nº de identificação de pessoa coletiva, sede/domicílio, nome e qualidade dos representantes legais que vão assinar a declaração), declara, para efeitos do disposto na alínea a) nº 3 do artº 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, que:

- É responsável pela coordenação de segurança em projeto, da obra..... (indicar natureza e utilização previstas), a realizar em..... e cujo dono da obra é(indicação do nome e domicílio ou sede);
- O exercício das atividades de coordenação em projeto é assegurado por..... (nome do Coordenador de Segurança em Projeto, habilitação académica, qualificação profissional, bilhete de identidade, número de identificação fiscal, domicílio e, se for o caso, nome da associação pública de natureza profissional em que se encontra inscrito).

..... de de 200...

..... (Assinatura(s) do(s) representante(s) legal(s), conforme B.I./CC)

..... (Assinatura do Coordenador de Segurança em Projeto, conforme B.I./CC)

Minuta 3 – Declaração do coordenador em fase de projeto

.....(indicar nome do dono da obra), nomeia nos termos do n.º3 do art.º 9 do Decreto-Lei n.º 273/03, de 29 de Outubro,..... (indicar nome, habilitação académica, qualificação profissional, bilhete de identidade, número de identificação fiscal, domicílio), para exercer as funções de Coordenador de Segurança em Projeto, respetivamente, da obra.....

..... de de 200...

O Dono da Obra,

..... (Assinatura, conforme B.I./CC)